# Caderno Temático
# Novo Marco Regulatório

Prof. Dr. Antonio Marcos Neves Esteca

FACULDADE METROPOLITANA
FATECE Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação
FAMEF FACULDADE METROPOLITANA DE FRANCA

Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP)
Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação (FATECE)
Faculdade Metropolitana de Franca (FAMEF)

# Caderno Temático
# Novo Marco Regulatório

Prof. Dr. Antonio Marcos Neves Esteca

# Sobre o Autor

## Prof. Dr. Antonio Marcos Neves Esteca



Antonio Marcos Neves Esteca é graduado e mestre em Ciência da Computação pela UNESP, especialista em Gestão de Negócios pelo IBMEC-RJ e doutor em Psicologia pela PUC-Campinas. Iniciou sua atuação no ensino superior em 2013, acumulando experiência em docência e gestão estratégica e tecnológica no setor. Também é avaliador institucional do INEP/MEC e Embaixador da Revista Ensino Superior, acompanhando de perto as mudanças regulatórias do setor. Sua trajetória combina expertise em tecnologia, gestão universitária e inovação em educação. É CEO e Diretor Geral da Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP), Faculdade Metropolitana de Franca (FAMEF) e Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação (FATECE), além de atuar em outros segmentos de negócios. Por meio de seu LinkedIn, tem realizado publicações técnicas que ultrapassam 2 milhões de visualizações.



# SUMÁRIO


Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025 ..... 04
O tutor saiu de cena: os novos papéis na EaD com o Decreto 12.456 ..... 06
Fim da licenciatura EaD? Entenda o que realmente muda com o Decreto 12.456 ..... 08
Mediador Pedagógico: a nova peça-chave da EaD ..... 10
Formação de Tutores EaD: o que Fazer diante do novo marco regulatório? ..... 12
Provas Presenciais na Graduação EaD: impactos do Decreto 12.456 ..... 14
Entrevista Ensino Superior 16/06/2025 ..... 16
Publicada a Portaria 506: veja os avanços e os novos limites da EaD no Brasil ..... 20
Framework prático para atualizar os PPCs ao Decreto 12.456: confira os pontos-chave! ..... 22
Inep propõe novo modelo de avaliação in loco dos cursos de graduação: o que muda? ..... 24
Inep redefine a avaliação de cursos: o que muda na Dimensão 1? ..... 26
Inep redefine a avaliação de cursos: o que muda na Dimensão 2? ..... 28
Inep redefine a avaliação de cursos: o que muda na Dimensão 3? ..... 30
Inep redefine a avaliação de cursos: o que muda na Dimensão 4? ..... 32
Polos EaD: de coadjuvantes a protagonistas no novo marco regulatório ..... 34
Entrevista Desafios da Educação 28/08 ..... 36
Evasão na Educação Superior: o dado mais alarmante do novo Censo ..... 41
A inteligência artificial no radar do INEP: quando a inovação se torna critério de qualidade ..... 43
A Ressignificação da CPA: INEP trabalha em novo Guia de Autoavaliação Institucional ..... 48
Polo ideal na nova era do EAD ..... 50
INEP detalha o novo processo de Avaliação In Loco ..... 53
Fim das Avaliações in Loco virtuais: Impactos para Instituições, Avaliadores e para o INEP ..... 55
INEP apresenta objetos de avaliação da Dimensão 4 para novas áreas ..... 58
Novo Marco Regulatório da Pós-Graduação Lato Sensu no Brasil: o que muda com o Parecer CNE/CES 637/2025 ..... 60
Dimensão 4 em foco: proposta para cursos de Administração, Negócios e Direito ..... 64
Dimensão 4 em foco: proposta para Cursos Superiores de Tecnologia ..... 67
SERES e INEP: funções distintas que muitos ainda confundem ..... 70
Novo processo de avaliação in loco do Inep ..... 73

# DECRETO Nº 12.456, DE 19 DE MAIO DE 2025

Finalmente, foi publicado na semana passada o Novo Marco Regulatório da EaD. O **Decreto 12.456/2025** traz mudanças importantes para a Graduação, as quais sintetizo no quadro apresentado. Em minha análise, que pode ser diferente de muitos colegas, vejo vários pontos positivos trazidos pelo novo marco regulatório, como:

- melhor definição de terminologias e parâmetros de oferta para as diferentes modalidades;
- simplificação dos atos regulatórios, que deverá promover maior eficiência do processo de avaliação e regulação;
- a exigência expressa da avaliação presencial também pacifica o entendimento sobre esse ponto e tende a trazer melhorias de qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

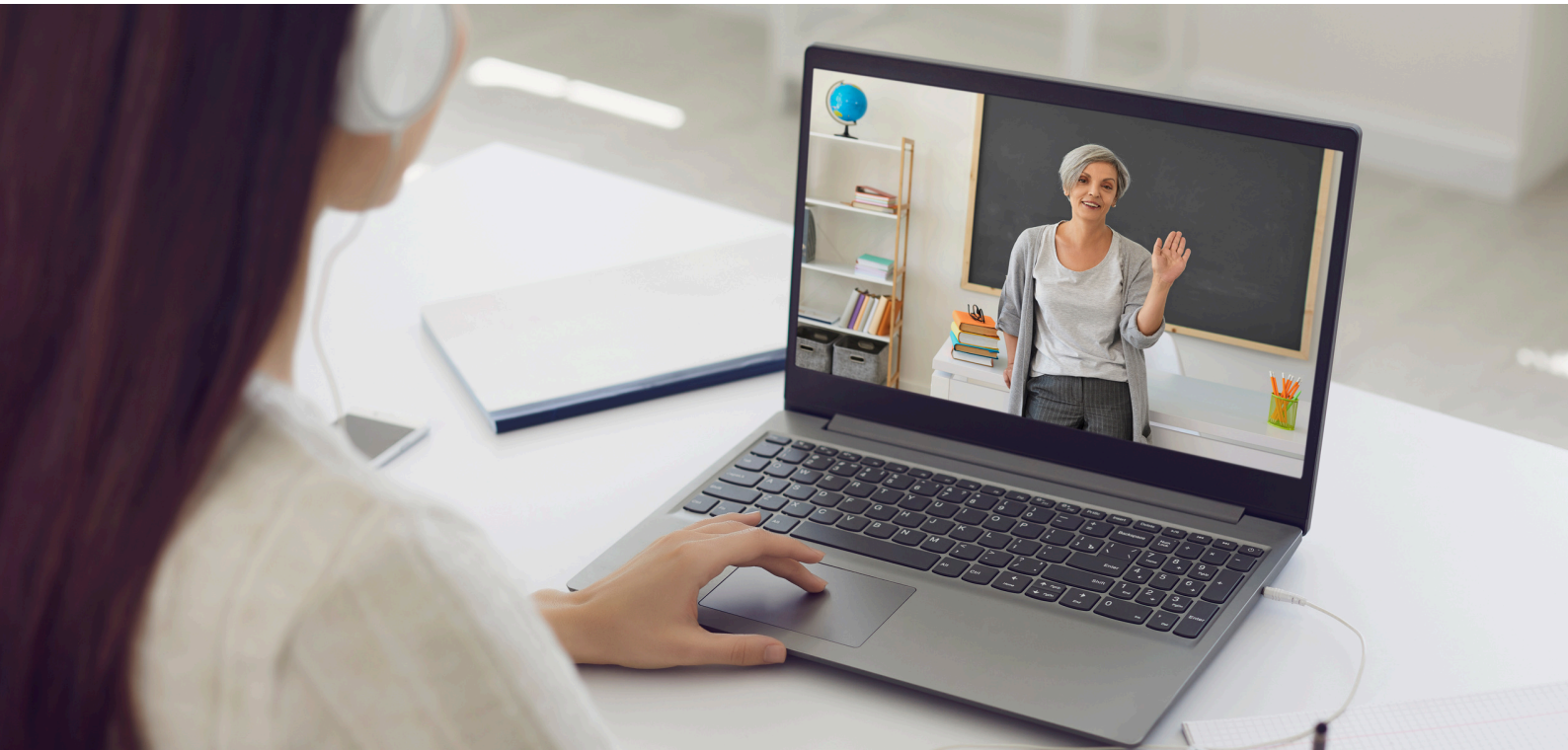
Por outro lado, considero muito crítica a exigência de carga horária presencial elevada (ou mesmo atividades síncronas mediadas) em vários cursos. Acredito que isso excluirá do Ensino Superior trabalhadores de turno, mães solo e outras pessoas que tenham rotinas flutuantes e que se aproveitavam da flexibilidade de horários da EaD para estudarem.

Há, ainda, um ponto que considero muito negativo no novo decreto. Ao exigir polos com maior infraestrutura e, ao mesmo tempo, vedar o compartilhamento destes, essa política pública deve promover uma exclusão massiva dos lugares que mais dependem da EaD, que são as regiões longínquas e com baixa densidade demográfica. Nessas regiões, os polos normalmente têm poucos alunos. Ao compartilhar os recursos por mais de uma IES, seria viável realizar investimentos maiores no polo. Durante a avaliação in loco, bastaria usar dados do Censo ou outros que mostrem a quantidade total de alunos do local. Claro que a identificação visual deve ser clara, mas isso é totalmente possível e também é de interesse de qualquer IES. Em um mundo que busca estratégias sustentáveis (espaços de coworking, mobilidade compartilhada, bibliotecas abertas, infraestrutura de energia compartilhada, etc.) não parece fazer sentido esse tipo de política.

Essas são minhas impressões iniciais sobre o novo marco regulatório, que certamente deve ser aprimorado nos próximos meses.

# TABELA 1. COMPARATIVO DA ANTIGA REGULAÇÃO COM O NOME MARCO REGULATÓRIO

| Elementos | Antiga Regulação | Nova Regulação |
|---|---|---|
| **Principais atores** | Coordenador de Curso, Docente e Tutor | Coordenador de Curso, Docente Conteudista, Docente Regente, Mediador Pedagógico, Tutor |
| **Formatos de Oferta** | Presencial e EaD | Presencial, Semipresencial e EaD |
| **Cursos Presenciais** | Mínimo 60% presencial | Mínimo 70% presencial (Medicina terá maior carga horária presencial) |
| **Cursos Semipresenciais** | Não havia | Mínimo 30% presencial + 20% presencial OU atividades síncronas mediadas |
| **Cursos a Distância** | Não havia percentuais específicos, exceto por algumas DCNs | Mínimo de 10% presencial + 10% presencial OU atividades síncronas mediadas |
| **Avaliações** | Atividades presenciais incluíam "avaliações". Na prática, muitas IES não estabeleciam avaliações presenciais nos PPC. | Avaliações presenciais obrigatórias em todas as unidades curriculares, com elementos discursivos e peso majoritário na nota final. |
| **Atos Institucionais** | Credenciamento Presencial, Credenciamento EaD, Recredenciamento Presencial, Recredenciamento EaD e Transformação de Organização Acadêmica | Credenciamento para oferta presencial, a distância e semipresencial por ato único, com definições via PDI das IES. Recredenciamento idem. Transformação de Organização Acadêmica via Recredenciamento. |
| **Polos de EaD** | Unidade descentralizada para desenvolvimento de atividades presenciais dos cursos EaD, com infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada. Sem avaliação in loco. | Unidade descentralizada para desenvolvimento de atividades presenciais dos cursos EaD. Estrutura deve ter recepção, sala de coordenação, salas/ambientes para estudos, laboratórios compatíveis, equipamentos e internet estável. Vedado compartilhamento com outra IES. Com avaliação in loco por amostragem. |
| **Diploma** | Vedava a identificação da modalidade de ensino na emissão e registro de diplomas. | Garante que o diploma não discrimine o formato de oferta, valorizando a equivalência da formação, independentemente da modalidade de ensino. |





# O TUTOR SAIU DE CENA: OS NOVOS PAPÉIS NA EAD COM O DECRETO 12.456.

A seguir, trago uma tabela que resumo os espaços de trabalho que surgem com o Novo Marco Regulatório da EaD.

As responsabilidades sempre existiram, mas agora os papéis ganham uma nova organização. Um destaque vai para a tão conhecida figura de tutor, que deixa de existir no contexto pedagógico. Agora tutor é um apoio administrativo. Por outro lado, surgem os mediadores pedagógicos. Há também a distinção entre o professor conteudista e o professor regente.

Penso que a definição clara de papéis, perfis e responsabilidades é uma grande contribuição do novo marco, pois uniformiza as denominações utilizadas.

Entretanto, há muitas perguntas ainda sem respostas que são importantes para a elaboração dos projetos pelas instituições:

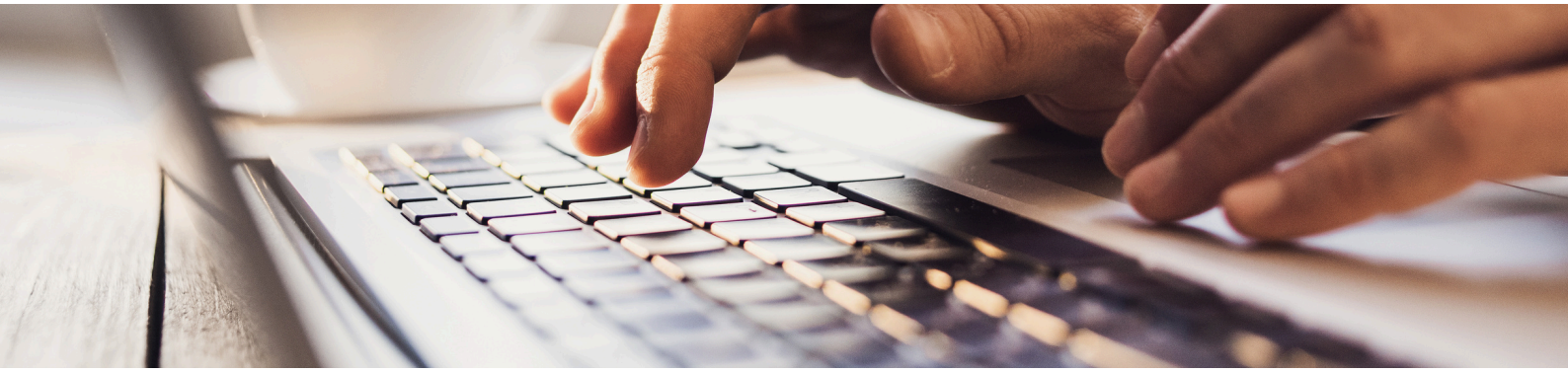
1. Haverá diferença na avaliação de perfis com especialização, mestrado ou doutorado?
2. Haverá exigência de mediadores pedagógicos presenciais em todos os polos?
3. Os mediadores pedagógicos precisarão ter perfis de formação alinhados a cada disciplina ou poderão ser mais generalistas?

Enquanto aguardamos as próximas definições, vamos adquirindo, continuamente, o novo repertório da EaD.

## TABELA 2. OS NOVOS PAPÉIS NA EAD COM O DECRETO 12.456.

| Agente | Perfil | Responsabilidades |
|---|---|---|
| Professor Conteudista | Docente especializado nos conteúdos específicos das unidades curriculares. Deve ter titulação de mestre ou doutor, preferencialmente. | • Selecionar temas relevantes para suas unidades curriculares<br>• Validar escolhas com pares<br>• Estabelecer estratégias de ensino eficazes<br>• Elaborar materiais didáticos autorais<br>• Manter-se atualizado sobre tendências das áreas |
| Professor Regente | Docente responsável pela execução do Plano de Ensino da unidade curricular no contexto do Projeto Pedagógico de cada curso. Deve ter titulação de mestre ou doutor, preferencialmente, e formação compatível com a unidade curricular. | • Construir um ambiente de aprendizagem dinâmico, privilegiando metodologias ativas e interação entre discentes, docentes e mediadores<br>• Definir atividades pedagógicas e avaliativas compatíveis com o PPC<br>• Acompanhar o andamento das atividades e engajamento dos discentes<br>• Manter-se atualizado quanto à área e metodologias de ensino |
| Mediador Pedagógico | Profissional que atua sob supervisão do professor regente mediando o processo pedagógico. Pode atuar de forma on-line, via AVA, ou presencialmente nos polos orientando situações práticas. Deve ser pós-graduado, preferencialmente mestre ou doutor. | • Conhecer o projeto pedagógico do curso e plano de ensino da unidade curricular ao qual está vinculado<br>• Auxiliar professor regente na organização, fiscalização e aplicação de avaliações<br>• Orientar estudantes sobre a metodologia EaD, seja via plataforma ou nos polos<br>• Estimular interação dos discentes. |
| Coordenador de Curso | Docente responsável por garantir a execução do PPC e fomentar a colaboração entre demais agentes. | • Coordenar atividades acadêmicas do curso, tanto on-line, como nos polos e ambientes profissionais<br>• Acompanhar o progresso dos estudantes e cumprimento dos cronogramas pedagógicos pelo professor regente<br>• Promover reuniões pedagógicas com todos os agentes, visando garantir a melhoria contínua<br>• Presidir NDE e Colegiado<br>• Fomentar atividades de extensão, inclusive as não curricularizadas |
| Tutor | Sem detalhamento | • Sem função pedagógica. Somente função de apoio administrativo |





# FIM DA LICENCIATURA EAD? ENTENDA O QUE REALMENTE MUDA COM O DECRETO 12.456

Para entendermos o novo cenário, vamos falar dos formatos de oferta de cursos estabelecidos pelo Decreto 12.456 e detalhados pela Portaria MEC 378/2025.

Para compreensão, é necessário conhecer primeiramente a classificação que a legislação trouxe para as atividades acadêmicas:

- **Atividade Presencial:** atividade formativa realizada com a participação do estudante e do docente ou de outro responsável no mesmo lugar e tempo.
- **Atividade Síncrona**: atividade em que estudante e o docente ou outro responsável estão em lugares diferentes, mas ao tempo, unidos por meios tecnológicos. São as conhecidas aulas on-line ao vivo.
- **Atividade Síncrona Mediada:** é uma atividade síncrona com até 70 alunos por docente ou mediador pedagógico, com controle de frequência.
- **Atividade Assíncrona:** atividade em que estudante e o docente ou outro responsável estejam em lugar e tempo distintos, unidos por meios tecnológicos. São as conhecidas aulas on-line gravadas.

Em síntese, os cursos de Direito, Enfermagem, Medicina, Odontologia e Psicologia só podem ser ofertados no formato presencial, o que representa uma mudança para Enfermagem, que antes podia ser ofertada a distância nos polos. Licenciaturas, Engenharias e cursos na área de Saúde e Bem-Estar também não podem mais ser ofertados no formato a distância, mas ainda podem ser ofertados semipresencialmente (ou presencialmente). Demais cursos podem ser ofertados nos três formatos.

É importante observar que os percentuais são referentes à carga horária total dos cursos. Sendo assim, a carga horária dedicada à extensão já representa 10% de atividades presenciais no curso. Do mesmo modo, estágio também compõe carga horária presencial. O restante de carga horária presencial exigida deve ser atingida com atividades nos polos ou em ambientes profissionais. Já as atividades síncronas mediadas devem ser realizadas via AVA.

Como ponto forte das mudanças, verifica-se a clareza das exigências da nova regulação, com percentuais claros e termos bem definidos para concepção dos projetos pedagógicos.

Por outro lado, em alguns cursos, como as engenharias, a carga horária presencial ou síncrona mediada exigida é de 60%, o que provavelmente tornará tais áreas inviáveis para pessoas que necessitam de flexibilidade de horário para os estudos ou que habitam regiões mais distantes dos polos.

A seguir apresento uma tabela que detalha os três formatos de oferta estabelecidos pelo novo marco regulatório: Presencial, Semipresencial e A Distância.

## TABELA 3. FORMATOS DE OFERTA E COMPOSIÇÃO DA CARGA HORÁRIA.

| Formato de Oferta | Composição da Carga Horária | Cursos vedados |
|---|---|---|
| Presencial | Pelo menos 70% da carga horária em atividades presenciais, com exceção de Medicina (100% presencial). | Nenhum. |
| Semipresencial | Cursos nas áreas de Educação e Ciências Naturais, Matemática e Estatística: exigido pelo menos 30% em atividades presenciais E 20% entre atividades síncronas mediadas ou presenciais (entram aqui as licenciaturas).<br><br>Cursos de Bacharelado ou Tecnologia nas áreas de Saúde e Bem-Estar; Engenharia, Produção e Construção; Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária: exigido pelo menos 40% em atividades presenciais E 20% entre atividades síncronas mediadas ou presenciais. | Direito, Enfermagem, Medicina, Odontologia e Psicologia. |
| A distância | Pelo menos 10% da carga horária em atividades presenciais e 10% entre atividades síncronas mediadas ou presenciais. | Direito, Enfermagem, Medicina, Odontologia, Psicologia, cursos das áreas de Educação; Ciências Naturais e Estatística; Saúde e Bem-Estar; Engenharia, Produção e Construção; Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária. |

# MEDIADOR PEDAGÓGICO: A NOVA PEÇA-CHAVE DA EAD

Conforme vimos, há novos agentes da EaD com o Decreto 12.456: Professor Conteudista, Professor Regente e Mediador Pedagógico. O tutor, como figura pedagógica, sai de cena. O tema gerou muitas perguntas e, agora, trago mais detalhes sobre a mediação pedagógica.

Antes de tudo, é importante esclarecer: não há previsão de demissões dos atuais tutores. O que ocorre é uma mudança de nomenclatura — os tutores com função pedagógica passarão a ser chamados de mediadores pedagógicos e ganharão algumas novas atribuições.

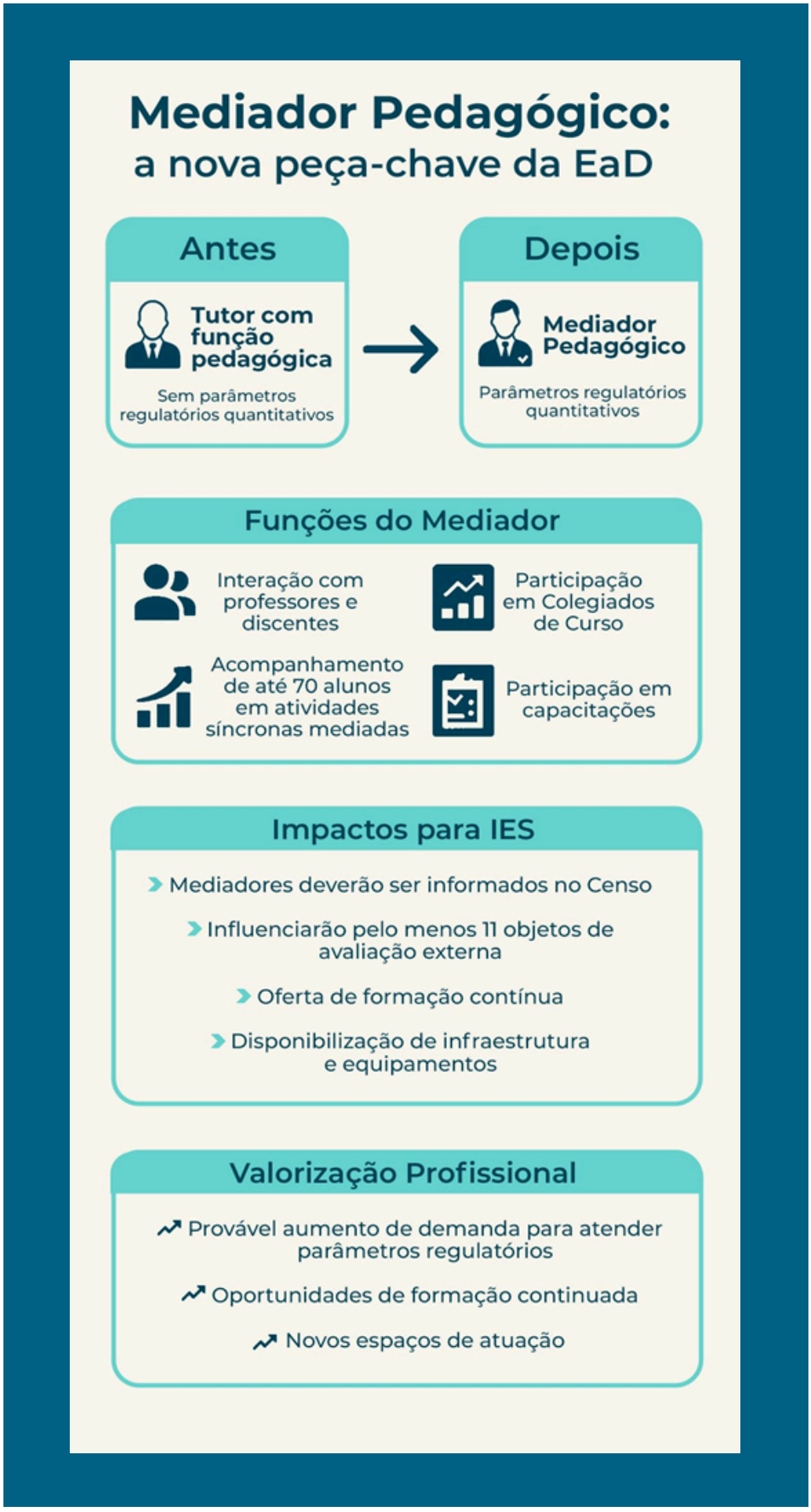
Alguns colegas têm demonstrado preocupação com a possível desvalorização da tutoria, mas o que se observa é justamente o oposto: a mediação passa a ter parâmetros regulatórios objetivos, como a exigência mínima de 1 mediador para cada 70 alunos em atividades síncronas mediadas. Isso não existia antes e deve gerar aumento de demanda ou de carga horária para esses profissionais.

Outro ponto de destaque é o peso do mediador nas avaliações externas. Na última terça-feira, 17/06, estive no INEP em Brasília para conhecer a primeira proposta de novos instrumentos de avaliação de cursos (ainda em desenvolvimento). Em pelo menos 11 objetos de avaliação os mediadores são considerados em diversos atributos e qualificadores, os quais exigem:

- ampla interação entre mediadores, professores e discentes;
- análise quantitativa de alunos por mediador;
- ações de capacitação contínua das IES para os mediadores;
- tecnologias, equipamentos e infraestrutura de apoio ao trabalho dos mediadores;
- garantia de representatividade dos mediadores nos Colegiados de Cursos.

Além disso, os mediadores passarão a ser informados no Censo da Educação Superior já a partir do próximo ano, sendo acompanhados pelo INEP e pela SERES.

Ainda existem pontos em aberto — como a regulamentação dos polos e os critérios para mediação presencial —, mas tudo indica que o novo marco trará valorização e visibilidade ao papel do mediador pedagógico.


Mediador Pedagógico:
a nova peça-chave da EaD
Antes
Tutor com função pedagógica
Sem parâmetros regulatórios quantitativos
Depois
Mediador Pedagógico
Parâmetros regulatórios quantitativos
Funções do Mediador
Interação com professores e discentes
Participação em Colegiados de Curso
Acompanhamento de até 70 alunos em atividades síncronas mediadas
Participação em capacitações
Impactos para IES
Mediadores deverão ser informados no Censo
Influenciarão pelo menos 11 objetos de avaliação externa
Oferta de formação contínua
Disponibilização de infraestrutura e equipamentos
Valorização Profissional
Provável aumento de demanda para atender parâmetros regulatórios
Oportunidades de formação continuada
Novos espaços de atuação

# FORMAÇÃO DE TUTORES EAD: O QUE FAZER DIANTE DO NOVO MARCO REGULATÓRIO?

A publicação do Decreto 12.456/2025 redesenhou o cenário da Educação a Distância no Brasil. Entre as mudanças mais emblemáticas está a redefinição do papel do tutor: agora, a figura do tutor com funções pedagógicas deixa de existir. Em seu lugar, surge oficialmente o mediador pedagógico, com atribuições claras e quantitativamente reguladas. Já o tutor passa a ter uma função estritamente administrativa.

Diante desse novo cenário, muitas instituições e equipes formadoras se veem diante de um dilema prático: e os cursos de formação de tutores que já estavam prontos? E as turmas que já estão confirmadas para os próximos dias?

A seguir, trago uma contribuição acerca dessa situação. Em primeiro lugar, penso que devemos focar em uma transição estratégica, não ruptura completa. Nesse sentido, acredito que, com ajustes e redirecionamentos inteligentes, é possível aproveitar os materiais já produzidos, cumprir cronogramas e ainda alinhar-se à nova legislação. Aqui vão algumas sugestões:

**1. Adapte o foco do curso para “Mediação Pedagógica”**
Se o curso de formação já tem viés pedagógico, é possível redirecioná-lo com algumas adaptações, como a atualização do conteúdo introdutório, deixando claro o novo papel do tutor e explicando a transição para o mediador pedagógico. Para isso, sugiro incluir uma aula inicial (ao vivo ou gravada) com profissional especializado e capaz de abordar o Decreto 12.456 e destacar as novas exigências regulatórias. Nessa aula, deve-se reforçar conteúdos sobre atuação síncrona, engajamento ativo de estudantes, controle de frequência e acompanhamento da aprendizagem — pontos centrais da mediação pedagógica.

**2. Crie um módulo complementar para quem já está matriculado**
Nos casos em que há turmas em andamento, ofereça um módulo complementar de atualização com uma aula específica sobre o novo marco regulatório e a mudança nas funções. Além disso, uma boa sugestão é criar uma nota técnica explicativa ou um vídeo institucional com esclarecimentos sobre as atualizações legais.

**3. Adicione conteúdos extras aos módulos existentes**

Nem todos os módulos precisam de alterações profundas. Mas, sempre que necessário, vale incluir pílulas de conteúdo (curtas, objetivas e atualizadas), destacando o que mudou com a nova legislação. Também é possível anexar documentos recentes, como portarias, resoluções e instruções normativas.

Por fim, considero que o importante é que o aluno matriculado nos cursos de formação saia com o pleno entendimento da mudança do papel do tutor, bem como das atribuições e exigências relacionadas ao mediador pedagógico.

As instituições que souberem lidar com essa transição com agilidade e qualidade vão se destacar — e formar profissionais-chave para essa nova era da EaD.



# PROVAS PRESENCIAIS NA GRADUAÇÃO EAD: IMPACTOS DO DECRETO 12.456

A Nova Política de EaD traz mudanças importantes ao modelo pedagógico dos cursos de graduação, com impacto que será sentido por professores, mediadores, coordenadores, alunos e dirigentes das IES.

Na tabela a seguir, apresento os elementos que passam a compor os Projetos Pedagógicos dos Cursos: atividades presenciais, atividades síncronas, atividades síncronas mediadas, atividades assíncronas e avaliações de aprendizagem.

Vale destacar dois desses elementos pedagógicos: **Atividades Síncronas Mediadas** e **Avaliações de Aprendizagem**.

Diferentemente das tradicionais aulas ao vivo, as atividades síncronas mediadas deverão contar com 1 mediador pedagógico para cada 70 alunos, sendo exigido o controle de frequência.

Quanto às avaliações de aprendizagem, passa a ser obrigatório que toda unidade curricular tenha ao menos uma avaliação presencial a ser realizada no polo ou sede da IES. Essa avaliação deve ter peso majoritário na composição da nota final de cada unidade curricular e incluir elementos discursivos que componham, no mínimo, 1/3 do peso da avaliação. Esse elemento discursivo é dispensável para as avaliações realizadas por meio de atividades práticas.

Por fim, observa-se que a quantidade de horas de cada tipo de atividade se dá de acordo com o formato de oferta (presencial, semipresencial ou a distância), tema que detalhei por aqui há algumas semanas. Além disso, as DCN poderão exigir quantitativos maiores, como já previsto na Portaria 378 e reforçado pela SERES/MEC em evento realizado em Brasília no dia 27/06.

**O que vejo de positivo?**

- Mais segurança regulatória: com terminologia clara e exigências bem definidas, as instituições ganham previsibilidade e reduzem divergências nas avaliações in loco.
- Fortalecimento do vínculo institucional: as provas presenciais criam momentos de encontro entre alunos e a IES, promovendo maior senso de pertencimento.

**Mas há desafios:** a carga horária síncrona/presencial exigida para algumas áreas excluirá muitas pessoas de alguns cursos, como as engenharias.

## TABELA 4. ELEMENTOS QUE PASSAM A COMPOR O PROJETO PEDAGÓGICO.

| Elemento Pedagógico | Descrição |
|---|---|
| Atividade Presencial | Atividade formativa realizada com a participação do estudante e do docente ou de outro responsável no mesmo lugar e tempo |
| Atividade Síncrona | Atividade em que estudante e o docente ou outro responsável estão em lugares diferentes, mas ao tempo, unidos por meios tecnológicos. São as conhecidas aulas on-line ao vivo |
| Atividade Síncrona Mediada | É uma atividade síncrona com até 70 alunos por docente ou mediador pedagógico, com controle de frequência |
| Atividade Assíncrona | Atividade em que estudante e o docente ou outro responsável estejam em lugar e tempo distintos, unidos por meios tecnológicos. São as conhecidas aulas on-line gravadas. |
| Avaliação de Aprendizagem | Pelo novo decreto passa a ser obrigatória ao menos uma avaliação presencial por unidade curricular, a ser realizada na sede ou polos, com peso majoritário na nota final. Ao menos 1/3 dessa avaliação deve ser composto por elementos |



# ENTREVISTA ENSINO SUPERIOR 16/06/2025

## EXPANSÃO SUSTENTÁVEL GARANTE MENOS SUSTO COM NOVAS REGRAS

*Adequação pode ser mais simples para quem tem foco em projeto pedagógico e polos estruturados*



O novo marco regulatório do EAD no Brasil, estabelecido pelo Decreto nº 12.456/2025, traz novas regras para a modalidade que detém a hegemonia do mercado do ensino superior privado. Elas foram criadas para abarcar a utilização das novas tecnologias e garantir que elas possam prover de qualidade os cursos oferecidos à população. O tempo, as adequações promovidas pelas IES, e processos de supervisão e avaliação dirão se esse objetivo foi alcançado.

Para Antonio Esteca, CEO no grupo que reúne a Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (Fameesp), em Ribeirão Preto, e a Faculdade Metropolitana de Franca (Famef), há pontos positivos na nova regulamentação, entre eles, o de pacificar conceitos, como, por exemplo, o de presencialidade. Também avaliador do Inep, Esteca conhece a confusão que se estabelece sem as definições precisas. “A IES fala que tem aula presencial e, quando o avaliador chega, vê que é ao vivo, mas remoto. Presencial é professor e alunos no mesmo tempo e espaço.”

Outro ponto forte do novo marco regulatório, de acordo com o CEO, é a definição dos papeis dos atores do processo. “O mediador hoje faz o apoio pedagógico, é um professor. O tutor mudou de perfil, ele é uma pessoa administrativa, pode ser qualquer pessoa graduada que dá um apoio: como entra na plataforma? Como paga boleto? É uma pessoa do técnico-administrativo.”

A exigência da prova presencial é positiva, principalmente porque “conduz os alunos aos polos. Nós já temos isso na Metropolitana. Os alunos adoram ir ao polo, eles sentem pertencimento, encontram amigos, fazem network.” A exigência de polos de apoio presencial mais bem estruturados também é importante. “Não dá para ser PDV – Ponto de Venda”.

Outro aspecto bem-vindo é a unificação de atos regulatórios, que “melhora a eficiência do processo”. “Antes, havia credenciamento EAD e credenciamento presencial. Recredenciamento EAD e recredenciamento presencial, além de credenciamento de Centro Universitário. Não tem mais isso. Hoje, no ato de credenciamento, a IES indica quais modalidades de ensino está se propondo a oferecer.”

De um modo geral, acredita o gestor, saem prejudicadas as IES que estão tentando entrar no mercado EAD. “É um ponto positivo para quem já está, porque segura a entrada de novos players no mercado”. Mas não deixa de ser problemático, até crítico. “Quem já tinha feito o pedido de credenciamento mas não tinha passado por visita, o processo será extinto. Vai ser um Ctrl Z para todo mundo que estava querendo entrar.”

**Impacto sem traumas**

Em 2014, Esteca chegou ao grupo educacional a convite do fundador, Claudio Romualdo, para atuar na faculdade localizada em Pirassununga, cidade próxima a Ribeirão. Formado em ciência da computação, com mestrado em engenharia de software, o atual CEO chegou ao grupo para coordenar um curso de ciência da computação. Acabou por capitanear a virada de chave.

Ele conta que seu trabalho foi aliar tecnologia à experiência em educação já existente na instituição. A entrada no mercado do EAD, hoje o principal negócio do grupo, se deu com a criação de um e-commerce de cursos de curta duração, 100% EAD, de extensão e aperfeiçoamento. Atualmente são 1.400 cursos livres, “e ainda tem muita tração”, afirma. A empreitada ofereceu experiência para a atuação num mercado super competitivo. No lastro do que deu certo, a Fameesp e a Famef começaram a operar em 2016 e hoje têm cerca de 200 mil alunos, 10 mil deles na graduação, os demais na pós-graduação e nos cursos livres.

A opção por uma “expansão sustentável” faz com que o impacto das novas regras seja assimilado sem traumas. O que Esteca chama de “sustentável” é o oferecimento de qualidade. “O projeto pedagógico é onde está nossa força”, afirma. “Nos últimos três anos, passamos por umas 110 avaliações in loco, todos sempre elogiam nosso modelo pedagógico.”

Além disso, destaca o CEO, no quesito qualidade faz diferença a produção de conteúdo próprio. “Inicialmente usamos material comprado, hoje temos uma ‘fábrica’ de conteúdo muito grande, ela só produz para nossas instituições, não vendemos para outras.” O corpo docente é majoritariamente formado por mestres e doutores, ressalta.

“Somos ponderados, nunca achamos legal ter enfermagem no EAD, por exemplo. Podíamos ter pedido credenciamento, mas achávamos arriscado. Os cursos que temos foram pouco afetados. Entre eles, os mais afetados foram as licenciaturas.”

Os preços são baixos. Os cursos de graduação têm mensalidades a partir de R$ 99,00, no primeiro semestre, e R$ 149,00 no restante do curso. Engenharia, um pouco mais, R$149,00 no primeiro semestre, R$ 199,00 no restante do curso. “Conseguimos fazer o preço barato com base numa engenharia tecnológica. O segredo para isso é não ter o AVA terceirizado. Não usamos plataforma Moodle, nem Blackboard, temos plataforma que nós desenvolvemos, o que permite ajustes, por exemplo, sem altos custos.”

É voz corrente que as novas regras farão os preços dos cursos EAD subirem. Se os grandes grupos, as empresas de capital aberto, se adequarem conforme a legislação, terão de majorar seus preços, acredita Esteca. Entretanto, ele não vê necessidade de reprecificar todos os cursos da sua instituição.

“O nosso custo é baixo? É. Por exemplo, a Netflix é melhor do que a locadora? Muito melhor e muito mais barata. O setor tinha que girar uma chavinha para entender que não é o preço que indica qualidade, é o modelo pedagógico e tecnológico. Quando falamos de um processo disruptivo, temos de pensar na desmonetização, um dos seis ‘Ds’ de Peter Diamandis, que fala sobre inovação disruptiva e crescimento exponencial.”

“Ainda que haja aumento significativo dos valores das mensalidades, “as pessoas vão continuar estudando. O EAD não veio porque é mais fácil e mais barato, é porque as pessoas não querem o presencial. Fazemos testes aqui. Temos cursos de administração presencial e EAD, o preço é o mesmo e tem mais matrícula no EAD. É por causa da comodidade”, afirma.



**Polos não compartilhados**

O Art. 29, inciso 5 do Decreto 12.456/2025 – "É vedado o compartilhamento de Polo EaD com outra Instituição de Educação Superior" – inviabiliza as parcerias, hoje bastante comuns, nos polos. Embora concorde que devam ser mais bem estruturados – com espaço físico adequado e acessível, laboratórios específicos, biblioteca com acervo físico e/ou digital, conectividade de internet de qualidade, equipe técnica e de apoio presencial, conforme o decreto –, Esteca discorda quanto à impossibilidade de compartilhamento, ao menos, como no caso dele, de instituições da mesma mantenedora.

"É um problema que apareceu. Temos 14 polos próprios, a mantenedora das duas instituições [Fameesp e a Famef ] aluga, contrata funcionário e investe em estrutura. Já temos a infraestrutura requerida no novo marco regulatório. Agora, fazer uma separação de prédio é até simples. Vamos adequar", diz.

O CEO ressalta, entretanto, que o compartilhamento de espaço é uma tendência contemporânea, no mundo e em muitos setores. Espaços de coworking, grandes áreas em fazendas com placas solares que recebem investimentos de várias empresas são exemplos. "Estamos falando de uma economia sustentável. Permitir a várias instituições usar o mesmo endereço, com os devidos quantitativos bem controlados, ou se pelo menos tivesse alguns critérios para compartilhar, mas pudesse, conseguiríamos ter polos melhores, com mais investimentos."

Outra desvantagem trazida pelas novas regras são, de acordo com Esteca, as cargas horárias presenciais muito altas para alguns cursos. A engenharia é um deles. "As engenharias terão 60% de presencial e síncrono mediado. Isso significa que o aluno que quiser fazer engenharia, além de ter de ir muitas vezes ao polo, quase todo dia, vai ter de fazer ao vivo no horário que a instituição definir."

Assim, pondera Esteca, serão excluídas, por exemplo, as mães solteiras e os que trabalham no turno 12×36, além daqueles que vivem distantes dos polos. "Se levar em conta todas essas pessoas, estamos falando de milhões. Deveriam ter dosado melhor", finaliza.

# PUBLICADA A PORTARIA 506: VEJA OS AVANÇOS E OS NOVOS LIMITES DA EAD NO BRASIL

A portaria regulamenta o Decreto 12.456 com foco nos seguintes elementos: Corpo Docente; Mediação Pedagógica; Tutoria; Atividades Presenciais; Unidades Curriculares; Avaliações de Aprendizagem; Materiais Didáticos e Plataformas de ensino; Polos de EAD.

Na tabela que compartilho em seguida com vocês, sintetizo os principais pontos da portaria. Mas destaco, desde já, avanços importantes — e também alertas que exigem atenção.

**Pontos fortes:**

- Definições claras de papéis entre professores, mediadores e tutores, evitando sobreposição de funções;
- Ênfase na qualidade e autoria dos materiais didáticos, reforçando o papel do professor conteudista;
- Exigência de infraestrutura nos polos, que passam a ter papel acadêmico estratégico.

**Pontos frágeis e desafios:**

1. **Formação docente:** a expressão "preferencialmente com mestrado ou doutorado" ainda deixa margem para dúvidas. Qual será o peso real disso nas avaliações institucionais? Provavelmente isso será especificado nos novos instrumentos de avaliação.
2. **Avaliações de aprendizagem:** o tempo dedicado para realizar as avaliações presenciais não poderá ser computado na carga horária presencial do curso. Se o aluno terá que investir horas nessas avaliações presenciais, como elas não serão computadas?
3. **Compartilhamento de polos**: a nova portaria proíbe IES credenciadas para a EaD de compartilharem polos, mas permite que IES presenciais compartilhem endereço com polos EaD. Qual o sentido pedagógico disso?
4. **Restrição de acesso**: como os próprios dirigentes do MEC vêm dizendo, milhares de polos serão fechados com a nova legislação, o que poderá causar um apagão de acesso. Para piorar essa situação, foi agora estabelecido um limite para a criação de polos radicalmente inferior ao limite anterior. Ex: faculdades com CI 5 que antes podiam abrir 250 polos por ano, agora poderão abrir somente 30.

# TABELA 5. PRINCIPAIS PONTOS DA PORTARIA 506.

| Elemento | Definições |
|---|---|
| **Corpo Docente** | Contempla coordenadores, professores conteudistas e professores regentes. Além do já especificado no decreto, esclarece que o professor regente pode ser também conteudista. |
| **Mediação Pedagógica** | Responsável por fomentar a interação entre professores e estudantes e esclarecer dúvidas presencial ou remotamente. O texto faz agora entender que a formação exigida pode ser somente em nível de graduação: *"formação em nível de graduação em área correlata à de sua atuação, e preferencialmente formação em pós-graduação"*. |
| **Tutoria** | Veda expressamente o exercício de funções pedagógicas, possibilitando apenas o apoio administrativo. |
| **Atividades Presenciais** | Deverão ser detalhadas no PPC e poderão ocorrer na sede da IES, nos campi fora de sede, nos Polos EaD, em ambientes profissionais, em espaços para atividades de extensão ou em outros espaços de aprendizagem. |
| **Unidades Curriculares** | As unidades curriculares ofertadas de forma parcial ou integral em educação a distância deverão ter duração mínima de dez semanas. |
| **Avaliações de Aprendizagem** | Será obrigatória avaliação presencial em todas as unidades curriculares com peso majoritário. As avaliações substitutivas e de recuperação deverão ser presenciais. |
| **Materiais Didáticos e Plataformas de ensino** | Devem ser adequados, atualizados e compatíveis com o nível de formação do curso de educação superior, além de promover interação dos estudantes. |
| **Polos de EAD** | Passam a ser monitorados por amostragem por avaliações in loco presenciais ou virtuais durante atos regulatórios para oferta de cursos (novo ato normativo específico deverá definir regras). Como novidade, essa portaria define que um polo EAD poderá ser instalado na sede ou campus fora de sede de outra IES credenciada exclusivamente para ensino presencial. Além disso, é estabelecido um novo limite quantitativo muito mais restritivo para a abertura de polos. Ex: Faculdades com Conceito Máximo poderão abrir até 30 polos por ano (anteriormente podiam abrir 250 polos por ano). |



# FRAMEWORK PRÁTICO PARA ATUALIZAR OS PPCS AO DECRETO 12.456: CONFIRA OS PONTOS-CHAVE!

Com a publicação do novo marco regulatório da EaD, chegou a hora de revisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação (PPCs). Essa é uma tarefa estratégica que impacta toda a comunidade acadêmica: professores, mediadores pedagógicos e, claro, os alunos.

Faço, portanto, um *framework* de orientação sobre esse processo, que pode servir como guia para a atualização dos PPCs à luz do novo Decreto e das portarias associadas:

**1. Verifique o formato de oferta autorizado**
Comece identificando, no Decreto 12.456 e especialmente na Portaria 378, o formato permitido para o curso. Exemplo: cursos de licenciatura, como Pedagogia, passam a ter oferta obrigatoriamente semipresencial.

**2. Entenda os percentuais exigidos**
Com base na classificação do curso no CINE Brasil (conforme cadastro e-MEC), confira os percentuais de carga horária exigidos para atividades presenciais e para atividades síncronas mediadas.

**3. Analise as DCNs ou o Catálogo de CST**
Identifique exigências específicas previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais ou no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

**4. Padronize as siglas**
Crie siglas claras para os diferentes tipos de atividades. Exemplo: ASM = Atividade Síncrona Mediada. Isso facilita muito a leitura do projeto e a construção da matriz curricular.

**5. Estruture a matriz curricular**
Monte uma matriz que detalhe, por unidade curricular, a carga horária destinada a: Atividades Assíncronas, Síncronas, Síncronas Mediadas e Presenciais. Nas DCN que apontem Núcleos/Grupos (como as licenciaturas), recomendo incluir colunas específicas para cada núcleo/grupo, detalhando as cargas por tipo de atividade, deixando claro o cumprimento das exigências legais.

**6. Explique a dinâmica das atividades**
Descreva no PPC como ocorrerão as diferentes modalidades de atividades, de forma clara e objetiva.

**7. Defina o controle de frequência**
Explique como será feito o registro e controle de frequência nas atividades presenciais e nas síncronas mediadas.

**8. Apresente o corpo docente**
Liste os professores conteudistas e regentes, vinculando cada um às respectivas unidades curriculares.

**9. Apresente os mediadores pedagógicos**
Informe quem serão os mediadores pedagógicos e como estarão distribuídos pelas unidades curriculares.

**10. Detalhe a estrutura dos polos**
Informe a distribuição de vagas entre os polos e descreva a infraestrutura de cada um, comprovando sua adequação ao PPC.

**11. Estabeleça os critérios de avaliação**
Descreva os mecanismos de avaliação de aprendizagem, conforme exigido pelo Decreto 12.456 e detalhado na Portaria 506.

O objetivo deste roteiro é oferecer um *framework* prático que facilite o alinhamento dos PPCs às novas exigências. Vale destacar que a estrutura tradicional dos PPCs pode ser mantida, sendo feitos esses ajustes.



# INEP PROPÕE NOVO MODELO DE AVALIAÇÃO IN LOCO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO: O QUE MUDA?

Em junho, o INEP apresentou a proposta preliminar para os novos instrumentos de avaliação in loco dos cursos de graduação. A expectativa é concluir os ajustes até dezembro de 2025 e iniciar as visitas com o novo modelo já no início de 2026.

As mudanças são significativas, começando pela própria arquitetura do instrumento. Hoje, temos 3 dimensões, compostas por indicadores avaliados por atributos. Com a nova proposta, passaremos a ter 4 dimensões, cada qual com objetos de avaliação, que serão analisados por atributos, os quais, por sua vez, terão qualificadores. Cada objeto receberá um conceito de 1 a 5, assim como ocorre atualmente com os indicadores.

Outra mudança importante refere-se ao fluxo avaliativo. Atualmente, os cursos recebem avaliação in loco somente para fins de regulação (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento), tendo o reconhecimento renovado de forma automática (sem visita) sempre que atingem CPC>=3 a partir da realização do ENADE. Com a nova proposta, as avaliações in loco ocorrerão independentemente dos atos de regulação, respeitando um calendário trienal em que cada curso necessariamente receberá 1 visita a cada triênio. O calendário proposto enquadra os cursos de acordo com a área da classificação CINE Brasil.

Também muda a formação das comissões: elas serão mistas, com parte dos avaliadores atuando remotamente e parte presencialmente na sede da IES. Os polos EAD também entrarão no escopo, com avaliação por amostragem — critérios ainda em definição.

Por fim, mais uma importante mudança: as avaliações de todos os cursos de determinada área da CINE Brasil em uma IES ocorrerão de forma simultânea por meio de comissões maiores e com perfis mais abrangentes. Exemplo: todos os cursos da área de Educação da IES serão avaliados ao mesmo tempo, rompendo com o modelo atual de agendas individuais por curso.

Por ora, vejo como pontos positivos:

- Maior previsibilidade, com calendário de avaliação externa fixo independente da regulação;
- Eficiência operacional, com visitas simultâneas e comissões maiores;
- Relatórios mais fidedignos, já que haverão avaliadores presencialmente.

Mas há desafios importantes:

- como será a dinâmica de uma visita envolvendo vários cursos? Hoje já vemos algumas visitas simultâneas gerando conflitos;
- os sistemas e atores envolvidos no processo estarão preparados a tempo para tantas mudanças paradigmáticas?

Nos próximos textos, trarei artigos para explicar detalhes do que cada dimensão do instrumento avaliará, com especial atenção à nova dimensão (Dimensão 4).



# INEP REDEFINE A AVALIAÇÃO DE CURSOS: O QUE MUDA NA DIMENSÃO 1?

Como vimos, o INEP apresentou nova proposta para os instrumentos de avaliação de cursos. Nessa reformulação, a avaliação será feita a partir de objetos de avaliação, analisados por atributos, que, por sua vez, contarão com qualificadores. Cada objeto poderá receber conceito de 1 a 5.

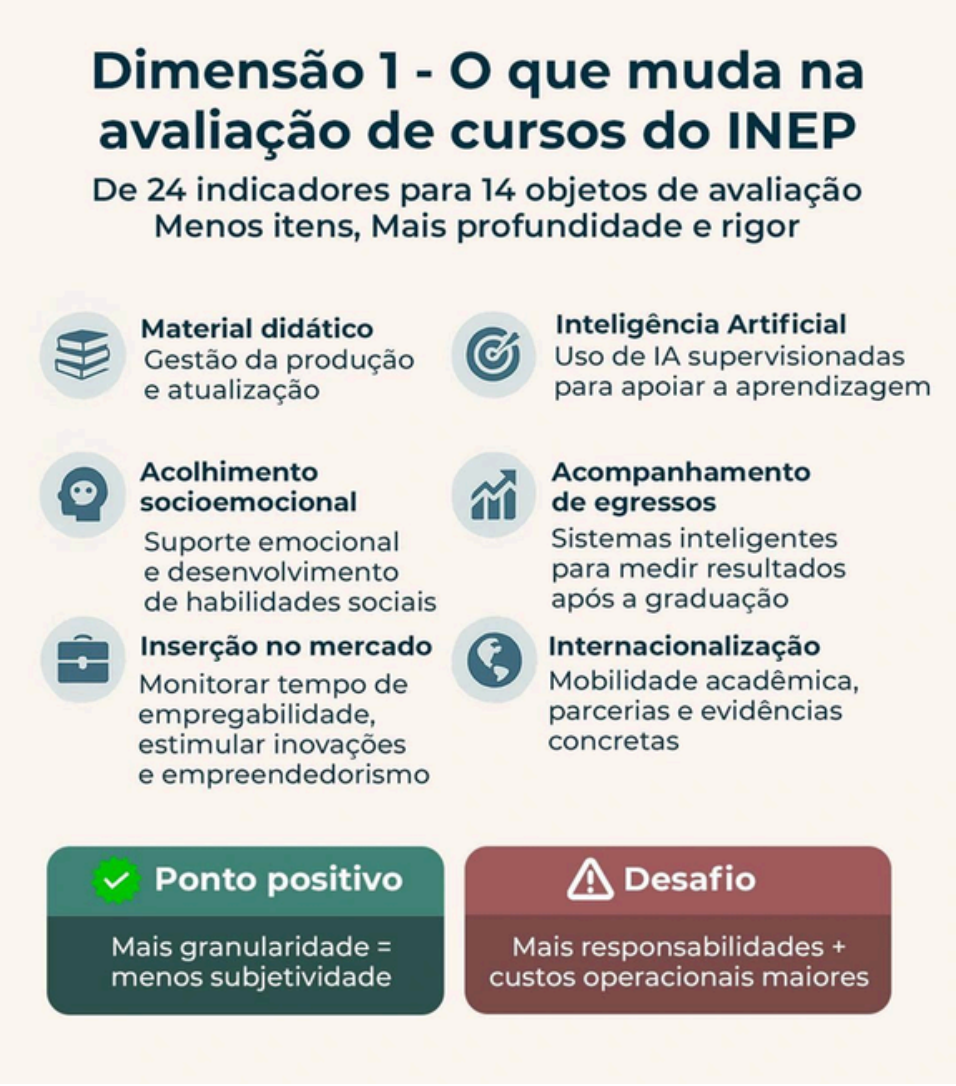
Atualmente, os instrumentos se estruturam em 3 dimensões; na nova proposta, serão 4. Destaco as principais mudanças da **Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica**, que passará dos atuais 24 indicadores para 14 objetos de avaliação. Mas não se engane: apesar da redução numérica, as exigências serão bem maiores, já que cada objeto se desdobra em muitos atributos e qualificadores.

**Entre os pontos de destaque:**

- **Material didático –** Passará a ser avaliado com mais rigor, não apenas pelo produto final entregue ao aluno, mas também pelo processo de produção e atualização. A baixa qualidade ou a obsolescência do conteúdo, frequentemente apontadas por estudantes, justificam esse olhar mais criterioso.
- **Gestão da aprendizagem –** Ganha relevância a capacidade institucional de identificar lacunas no aprendizado e promover intervenções eficazes para corrigi-las.
- **Inteligência artificial –** De forma inédita, o instrumento prevê qualificadores para uso de recursos de IA voltados à aprendizagem, desde que supervisionados por pessoas. Isso deve legitimar e estimular a adoção de tais tecnologias.
- **Acolhimento estudantil –** Além de ações de nivelamento e apoio psicopedagógico, será exigido suporte socioemocional, estimulando o desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais, bem como a promoção da saúde mental.
- **Acompanhamento de egressos –** Terá de contar com sistemas tecnológicos inteligentes, capazes de gerar indicadores quantitativos e qualitativos sobre a trajetória dos alunos após a graduação.
- **Inserção no mercado de trabalho –** As IES deverão monitorar o tempo de colocação profissional dos egressos, criar núcleos de inovação e empreendedorismo e atualizar continuamente as unidades curriculares de acordo com demandas do mercado.
- **Internacionalização –** Quando prevista no PPC, deverá ser comprovada com ações concretas, como mobilidade docente e discente, parcerias internacionais e registros consistentes de evidências.

**Ponto positivo**: mais granularidade deve reduzir a subjetividade das avaliações.

**Desafio**: muitas novas responsabilidades serão exigidas das IES, o que deverá elevar os custos operacionais, impactando os estudantes. Além disso, acredito que seria imprescindível um período de adaptação para as IES incorporarem todos os dispositivos necessários ao atendimento das novas exigências, o que, aparentemente, não está sendo previsto, já que o INEP aponta que deve iniciar o uso dos instrumentos imediatamente após publicação e capacitação dos avaliadores.



# INEP REDEFINE A AVALIAÇÃO DE CURSOS: O QUE MUDA NA DIMENSÃO 2?

Dando sequência à série sobre a nova proposta do INEP para os instrumentos de avaliação de cursos, o tema de hoje é a Dimensão 2, responsável por avaliar o Corpo Docente.

Na proposta apresentada em Brasília, em 17/06/2025, essa dimensão passará de 16 indicadores para 8 objetos de avaliação. Apesar da redução numérica, a complexidade não diminuiu: cada objeto se desdobra em vários atributos e qualificadores, ampliando o nível de detalhamento exigido.

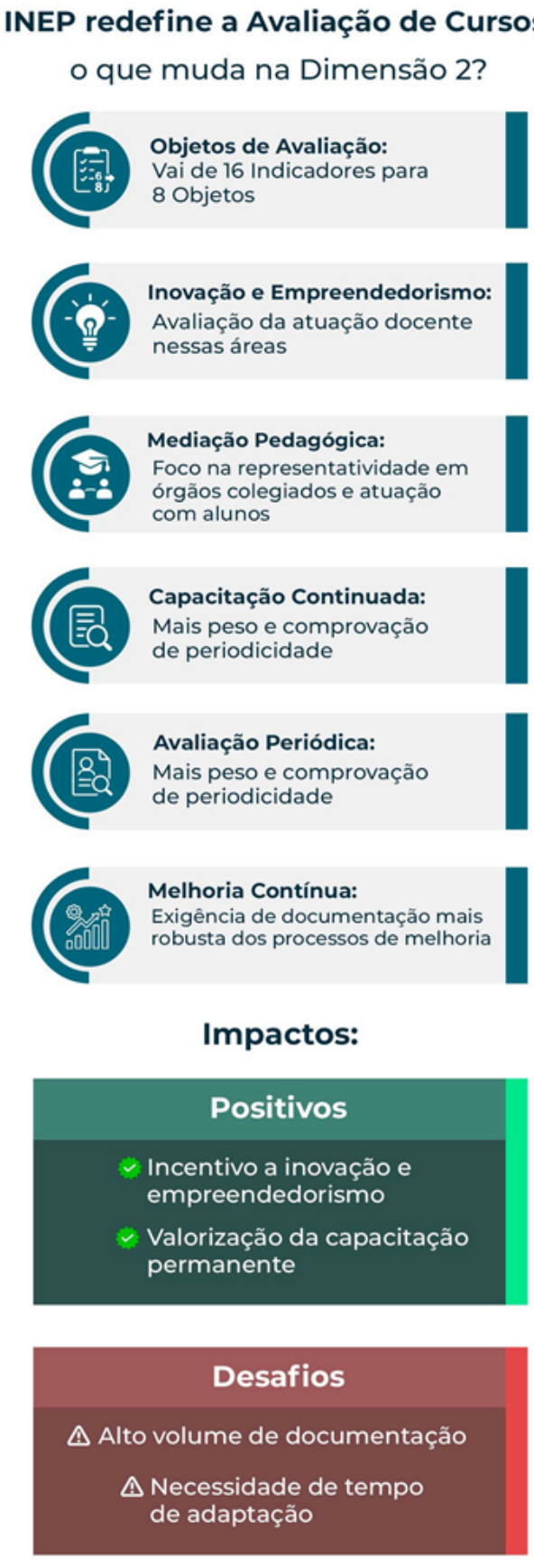
**Principais mudanças:**

- **Inovação e Empreendedorismo –** além da formação e experiência, o corpo docente será avaliado quanto à participação em projetos e ações voltados a inovação e empreendedorismo, incentivando as IES a fortalecerem essas áreas.
- **Mediação Pedagógica –** o tutor deixa de ser avaliado. Entra em cena o mediador pedagógico, cuja atuação será medida pela participação em colegiados e pela qualidade das interações, incluindo a proposição de atividades com exemplos e cases regionais.
- **Capacitação Continuada –** maior peso para programas periódicos de formação de docentes e mediadores, devidamente registrados e evidenciados.
- **Autoavaliação Periódica –** docentes, mediadores e coordenação deverão ser avaliados internamente pela IES, com registro de resultados e planos de melhoria. Esse processo, tradicionalmente conduzido pela CPA, ganha destaque.
- **Melhoria Contínua –** passa a ser exigida documentação mais robusta dos processos de melhoria, com qualificadores distribuídos em várias dimensões.

**Pontos positivos:** maior valorização da inovação e do empreendedorismo, além do estímulo à oferta continuada de capacitação docente.

**Desafio:** o alto volume de evidências documentais demandará um período de adaptação. Defendo que, após a publicação dos novos instrumentos, haja um prazo de transição para que as primeiras IES avaliadas não sejam prejudicadas.

No próximo artigo, trago as novidades sobre a Dimensão 3.


INEP redefine a Avaliação de Cursos:
o que muda na Dimensão 2?
Objetos de Avaliação:
Vai de 16 Indicadores para 8 Objetos
Inovação e Empreendedorismo:
Avaliação da atuação docente nessas áreas
Mediação Pedagógica:
Foco na representatividade em órgãos colegiados e atuação com alunos
Capacitação Continuada:
Mais peso e comprovação de periodicidade
Avaliação Periódica:
Mais peso e comprovação de periodicidade
Melhoria Contínua:
Exigência de documentação mais robusta dos processos de melhoria
Impactos:
Positivos
Incentivo a inovação e empreendedorismo
Valorização da capacitação permanente
Desafios
Alto volume de documentação
Necessidade de tempo de adaptação

# INEP REDEFINE A AVALIAÇÃO DE CURSOS: O QUE MUDA NA DIMENSÃO 3?

Em sequência sobre a nova proposta do INEP para os instrumentos de avaliação de cursos, falaremos hoje da Dimensão 3, que avalia a Infraestrutura.

Na proposta apresentada em Brasília em 17/06/2025, a dimensão 3 passará de 18 indicadores para 9 objetos de avaliação. Novamente nessa dimensão, apesar da redução numérica, as exigências não diminuíram, já que os objetos de avaliação se desdobram em muitos atributos e qualificadores.

**Entre os pontos de destaque:**

- **Docentes e Mediadores –** além das atuais exigências para os espaços físicos e equipamentos, agora será necessário que os recursos garantam a possibilidade de trabalho remoto pelos docentes e mediadores pedagógicos.
- **Qualidade de vida –** em caráter inédito, a proposta prevê avaliar o acesso a programas de qualidade de vida e bem-estar para docentes, mediadores pedagógicos e coordenadores de curso;
- **Salas de Aula –** os espaços didáticos deverão ser capazes de permitir diferentes configurações para as atividades e deverão contar com recursos de videoconferência que permitam a realização de projetos nacionais e internacionais;
- **Tecnologias e Recursos Digitais –** além de prover recursos e equipamentos suficientes a todos da comunidade acadêmica, será de grande importância a preocupação com o design universal, que permita acesso de pessoas com deficiências, altas habilidades, TEA e demais neurodivergências;
- **Autoavaliação periódica –** em linha com o que vem defendendo o INEP acerca do fortalecimento da autoavaliação, docentes, mediadores pedagógicos e coordenação deverão ser avaliados periodicamente pela instituição com a devida documentação de resultados e planos de melhorias. Esse trabalho tradicionalmente conduzido pela CPA é trazido com ênfase ainda maior na nova proposta;
- **Melhoria contínua –** Não apenas na dimensão 2, mas em todas as dimensões a nova proposta cobrará maior documentação dos processos de melhoria contínua, uma vez que isso é pontuado por qualificadores de vários atributos, em vários objetos de avaliação.

**Pontos positivos:**

- Destaque inédito para programas de qualidade de vida e bem-estar de docentes e mediadores;
- Reforço do papel da autoavaliação institucional também na Dimensão 3.

**Desafio**: apesar da maior granularidade, há muito espaço ainda para subjetividade. Ex: o que poderá ser considerado um programa de qualidade de vida e bem-estar? O que é uma sala de aula permitir diferentes configurações pedagógicas para atividades acadêmicas?

Um glossário oficial poderia reduzir essas interpretações divergentes entre avaliadores, que já é um problema recorrente nos atuais instrumentos.

No próximo artigo, falo sobre a Dimensão 4.



# INEP REDEFINE A AVALIAÇÃO DE CURSOS: O QUE SERÁ A NOVA DIMENSÃO 4?

Dando sequência à nova proposta do INEP para os instrumentos de avaliação de cursos, chegamos à Dimensão 4 — uma novidade que será específica para cada uma das 10 áreas da CINE Brasil.

Na proposta apresentada em Brasília em 17/06/2025, a Dimensão 4 traz objetos de avaliação voltados a:

- integração entre ensino, pesquisa e extensão;
- inserção social;
- equidade e inclusão educacional;
- atualização tecnológica e metodológica em consonância com a área de formação;
- formação para atuação em contextos profissionais específicos;
- articulação com o marco legal.

Até o momento, os instrumentos foram apresentados apenas para as áreas de Educação, Engenharias e Saúde.

**Pontos de destaque:**

- **Fortalecimento do estágio:** passa a ser um eixo central das avaliações in loco, avaliado em vários qualificadores.
- **Ambientes profissionais**: valorização de parcerias com espaços de prática profissional, que terão peso relevante no processo.
- **Laboratórios específicos**: maior impacto no conceito final, incentivando investimentos institucionais nesses espaços.
- **Ensino de metodologias**: independentemente da área, ganha peso o ensino de metodologias de trabalho que preparam os egressos para um mercado em constante transformação.

**Avanços:**

- Forte valorização do aprendizado prático (estágios, laboratórios, ambientes profissionais).
- Reforço à importância do ensino de metodologias específicas de cada área.

**Desafios**:

- **Disparidade de exigências:** já é possível notar grandes diferenças entre áreas na forma de avaliar aspectos semelhantes, o que pode gerar desigualdades.
- **Exigências utópicas na Engenharia**: algumas propostas, especialmente ligadas a estágios, podem impor compromissos inviáveis às empresas, dificultando ainda mais a atração de estudantes para os cursos de Engenharia.

É evidente a necessidade de uniformização: não dos objetos de avaliação em si, que devem variar conforme cada área, mas sim do nível de exigência, para que os instrumentos sejam ao mesmo tempo indutores de qualidade e realistas diante da diversidade de realidades do país.



# POLOS EAD: DE COADJUVANTES A PROTAGONISTAS NO NOVO MARCO REGULATÓRIO

Com o novo marco regulatório da educação a distância, os polos passam a ocupar um espaço de verdadeiro protagonismo. Agora, além de exigências quanto à infraestrutura, eles ganham centralidade no desenho pedagógico dos cursos.

Nos últimos anos, especialmente após a pandemia, muitos polos foram reduzidos a meros endereços para captação de estudantes. Em inúmeros casos, o aluno sequer chegava a conhecer o espaço físico, o que comprometia a qualidade do ensino e enfraquecia a vivência acadêmica.

O Decreto 12.456/2025, em seu artigo 29, estabelece requisitos mínimos para os polos, incluindo:

- recepção;
- sala de coordenação;
- salas ou ambientes para estudos individuais e coletivos;
- laboratórios e outros espaços formativos, quando aplicável;
- equipamentos e conexão de internet estável.

Além disso, o decreto determina que os polos sejam acessíveis, que contem com um profissional capacitado responsável pelo funcionamento e atendimento aos estudantes, e proíbe o compartilhamento de polos entre diferentes IES.

Já a Portaria 506/2025, no Capítulo V, traz diretrizes para criação e credenciamento, gestão da distribuição de vagas e mecanismos de avaliação. Um ponto de destaque é que os polos passam a ser avaliados por amostragem nas visitas in loco do INEP, o que cria um novo padrão de fiscalização.

Na prática, os polos passam a ser espaços obrigatórios para:

- avaliações presenciais (pelo menos uma por disciplina);
- atividades presenciais previstas nos PPCs, como aulas e práticas laboratoriais;
- suporte local para questões administrativas e orientações gerais.

Também será possível que as instituições firmem parcerias com ambientes profissionais para a realização de práticas.

Vejo avanços importantes nesse novo cenário:

- valorização da infraestrutura dos polos;
- garantia de padrões mínimos de qualidade por meio das avaliações por amostragem;
- fortalecimento do vínculo e do senso de pertencimento dos estudantes com a instituição.

Por outro lado, considero crítico o veto ao compartilhamento de polos entre IES. A exigência de maior infraestrutura, somada à impossibilidade de dividir custos, tende a excluir justamente as regiões mais carentes, de baixa densidade demográfica — que são também as que mais dependem da EaD para democratizar o acesso.

Num mundo que caminha para soluções sustentáveis e compartilhadas (coworkings, bibliotecas abertas, mobilidade coletiva, energia compartilhada), a vedação de polos compartilhados parece destoar do espírito do tempo.



# ENTREVISTA DESAFIOS DA EDUCAÇÃO 28/08

**FACULDADE METROPOLITANA É EXEMPLO NO NOVO MARCO DA EAD**

*Descubra como a Faculdade Metropolitana usou as Unidades de Aprendizagem da Plataforma A para se adaptar rapidamente ao novo marco da EaD*



Em maio de 2025, a educação a distância (EaD) no Brasil mudou para sempre. Agora, instituições de ensino (IES) correm contra o tempo para se adaptar à Nova Política de EaD. Em um prazo de dois anos, será preciso repensar vários aspectos, da distribuição da carga horária presencial à infraestrutura física dos polos.

Para evitar que a fase de adaptação se tornasse caótica, algumas instituições optaram por agir antes da hora. É o caso da Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP).

A IES de Ribeirão Preto escolheu um caminho certeiro: a incorporação das Unidades de Aprendizagem (UAs) da Plataforma A como parte central de sua experiência acadêmica. Iniciada há quase uma década, essa transformação pedagógica agora se revela decisiva diante dos desafios enfrentados pelas instituições que oferecem educação a distância (EaD).

**Quando a EaD vira o plano A**

A trajetória da Faculdade Metropolitana na modalidade começa em 2016, com a inauguração do portal de cursos online Estude Sem Fronteiras. Três anos depois, veio o credenciamento para atuar na EaD, que, na época, era vista com certa resistência pela população.

CEO da Fameesp, o professor Antonio Marcos Esteca acompanhou toda a evolução da IES na oferta de educação a distância — inicialmente como coordenador do curso de Ciência da Computação (presencial), depois como gestor. Ele lembra que o preconceito com a EaD só foi diminuir durante a pandemia, quando mais estudantes aderiram à modalidade.

A partir daí, a educação a distância deixa de ser um plano B para se tornar o plano A. As pessoas passaram a optar pela modalidade não só pela conveniência, mas também pela qualidade que ela consegue trazer", afirma.

A demanda aumentou, mas a oferta também. Entre 2012 e 2022, o número de cursos EaD no país cresceu 700%. Para se destacar, a IES precisava de uma estratégia que a permitisse ampliar o portfólio de cursos em um tempo relativamente curto — e sem perda de qualidade. Após realizar uma pesquisa que envolveu diversos players do mercado, a Faculdade Metropolitana decidiu utilizar as Unidades de Aprendizagem da Plataforma A. Segundo Esteca, além da diversidade de recursos oferecidos, a experiência do usuário foi um dos diferenciais.

O passo seguinte foi a implementação da SAGAH que revolucionou totalmente a experiência de aprendizagem ao oferecer uma solução integrada para conteúdo e plataforma. “Essa integração com ambientes de conteúdos nem sempre é algo tão simples de se fazer. Nesse caso, foi bem tranquilo: em pouco tempo, e por um custo acessível, conseguimos ampliar sobremaneira a nossa oferta de cursos”, elogia.

Quase dez anos depois, as ferramentas da Plataforma A fazem parte da cultura da IES. De acordo com o CEO, a escolha se mostrou acertada tanto pela experiência do professor quanto do aluno.

“Muitas soluções trazem materiais ultrapassados ou limitados. No caso da Plataforma A, além de as UAs contarem com conteúdos atuais, oferecem uma diversificação de objetos de aprendizagem — vídeos curtos, quizzes, leituras selecionadas — e um ambiente interativo que faz toda a diferença no engajamento, sobretudo para as novas gerações.”

**Principais vantagens da Plataforma A**

- Conteúdo atualizado: alinhado às demandas do mercado e às normas do MEC.
- Variedade de formatos: vídeos curtos, quizzes, leituras e outros recursos.
- Engajamento: ambiente interativo que estimula a participação dos alunos.
- Escalabilidade: facilita a expansão rápida do portfólio de cursos.
- Apoio ao docente: materiais e recursos que reduzem a sobrecarga do professor.

**Diversificação dos conteúdos didáticos**

Do ponto de vista da gestão, Esteca salienta que a integração ajuda a poupar tempo e energia, pois permite a rápida configuração do ambiente para a parametrização das disciplinas no início de semestre — e até mesmo seu reaproveitamento. “Caso a disciplina já tenha sido oferecida em um semestre anterior, é possível importá-la de maneira simples e ajustá-la para o atual, garantindo que todos os conteúdos e configurações estejam corretos”, exemplifica.

O gestor faz questão de desmistificar uma ideia muito difundida sobre a produção de conteúdo para o ambiente virtual: a de que a IES ficará refém única e exclusivamente dos materiais didáticos criados pela empresa parceira. “Utilizar os recursos da Plataforma A não nos impede de incluir conteúdos externos, inclusive os que nós criamos, por meio de professores regentes e conteudistas. Em outras plataformas, você só consegue explorar o que está dentro do sistema”, compara Esteca.

Para ele, essa flexibilidade é uma vantagem, especialmente quando se olha para o novo marco regulatório. “Não existe somente um tipo de material didático, e muito menos uma única abordagem pedagógica. Desse modo, um ambiente que permite combinar vários conteúdos acaba se tornando um diferencial.”

O CEO da Faculdade Metropolitana entende que, diante de uma regulamentação mais rígida, haverá também uma demanda maior por conteúdo didáticos de qualidade para os formatos EaD e semipresencial (ou híbrido). Mas isso só ocorrerá por meio de um processo de criação e atualização controlado e devidamente documentado.

**EaD, semipresencial ou presencial: saiba como escolher o formato certo**

Na visão de Esteca, as Unidades de Aprendizagem desempenham um papel estratégico também nesse aspecto, oferecendo embasamento técnico e teórico para que os educadores produzam materiais próprios. Ele lembra que há uma distinção clara entre o professor conteudista e o regente — e, com auxílio das UAs, o segundo pode propor conteúdos baseando-se tanto no acervo da plataforma quanto no conhecimento que já possui.

“A Plataforma A se torna um aliado essencial nesse sentido, ao permitir que os docentes integrem conteúdos estruturados com suas próprias contribuições, atendendo não apenas às exigências do novo marco, mas também dos instrumentos de avaliação de curso do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira)”, observa.

**Práticas presenciais e impacto social**

Tanto no formato EaD como no semipresencial, é consenso que os encontros físicos devem ser aproveitados para realizar atividades mão na massa. Na Fameesp — que conta com estrutura própria em todos os polos —, é exatamente isso o que acontece.

“Quando a gente leva o aluno para dentro do polo, tem toda uma orientação sobre como ele vai desenvolver aquele projeto, que deve ser de cunho prático. Porque a parte teórica, de responder questões, o estudante pode fazer em sua própria casa”, acredita Esteca.

**Entre a legislação e a prática**

Além de dirigir as IES ligadas à Faculdade Metropolitana, Esteca integra o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis), do Inep, desde 2018. Ou seja, o gestor sempre esteve atento às discussões do CC-Pares, conselho de regulação do ensino superior, sobre o marco regulatório.

“Acompanhei todo o processo desde o início e já fui adequando, nas nossas instituições, aquilo que imaginava que viria a ser implementado na Nova Política de EAD”, explica. Isso, evidentemente, representou uma vantagem para a Fameesp, que saiu na frente ao antecipar as mudanças necessárias.

Grande parte das informações sobre o decreto foram compartilhadas pelo educador em seu LinkedIn, de forma a auxiliar outros gestores a entenderem o novo cenário. “Meu objetivo é construir pontes entre a legislação e a prática — sempre com visão crítica, mas construtiva”, resume.

**“Novo marco era uma necessidade”, diz CEO da Faculdade Metropolitana**

Para Esteca, a criação de um novo marco regulatório era necessária, pois havia instituições oferecendo EaD “de qualquer jeito”. Ele considera que o estudante muitas vezes trilha um “caminho solitário”, o que acaba resultando em baixo rendimento e até mesmo evasão. Nesse sentido, considera fundamental a figura do mediador pedagógico.

O gestor também considera positiva a exigência de mais atividades in loco nos polos. “Vejo valor na avaliação presencial não como uma mera prova, mas como uma oportunidade de aproximar o aluno da IES, de gerar pertencimento e clareza sobre seu percurso. Nas nossas instituições, isso já está implantado”, ressalta.

Entre os pontos negativos, ele destaca a proibição do compartilhamento de polos, que vai contra o conceito de economia compartilhada — como ocorre com os espaços de coworking. “O compartilhamento pode viabilizar uma estrutura melhor, beneficiando o aluno. Não vejo nenhum problema, ainda mais entre instituições do mesmo grupo econômico.”

Outro ponto que o educador considera crítico é a carga presencial de alguns cursos. Exigir 40% de presencialidade, mais 20% de atividades síncronas mediadas, em cursos da área de Engenharia por exemplo, parece excessivo. “Isso pode excluir muitas pessoas da EaD, ou mesmo da educação superior”, argumenta. Por fim, ele diz que não adianta nada impor tantas regras se não houver supervisão por parte da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres).

Ainda assim, o CEO da Faculdade Metropolitana defende que o setor adote uma postura propositiva. “Mais do que criticar, é hora de estudar, compreender e agir”, conclui.

Em um cenário regulatório cada vez mais exigente, a Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo aposta em um tripé que combina inovação pedagógica, qualidade acadêmica e impacto social. Um caminho que, segundo Antonio Esteca, não tem volta: “Estamos vivendo um novo momento da EaD no Brasil. E quem investir em qualidade e inovação, sai na frente.”

desafios da EDUCAÇÃO



# EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O DADO MAIS ALARMANTE DO NOVO CENSO

O Censo da Educação Superior trouxe um dos dados mais preocupantes dos últimos anos: 24% dos estudantes evadiram de seus cursos entre 2023 e 2024. Embora o tema da evasão seja recorrente, a dimensão atual do problema evidencia uma crise silenciosa que ameaça o propósito da expansão da educação superior no Brasil.

Estudo recente da Sou_Ciência, analisando os indicadores de fluxo da educação superior do INEP entre 2019 e 2023, revela taxas acumuladas de desistência de 63,7% na modalidade a distância e 54,1% na presencial, ou seja, ambos os formatos estão perdendo mais da metade de seus alunos antes da conclusão.

Esses dados têm despertado preocupação no Ministério da Educação (MEC), que já discute a incluir a taxa de evasão à cesta de indicadores de qualidade no processo avaliativo das instituições.

No meu ponto de vista, olhar para esse indicador isoladamente é um erro.
Ao transformar a taxa de evasão em um critério direto de avaliação, corremos o risco de estimular comportamentos que comprometam a qualidade da formação, como a tentativa de reter o aluno “a qualquer custo”, mesmo quando a trajetória formativa deixa de fazer sentido ou não atende às suas expectativas.

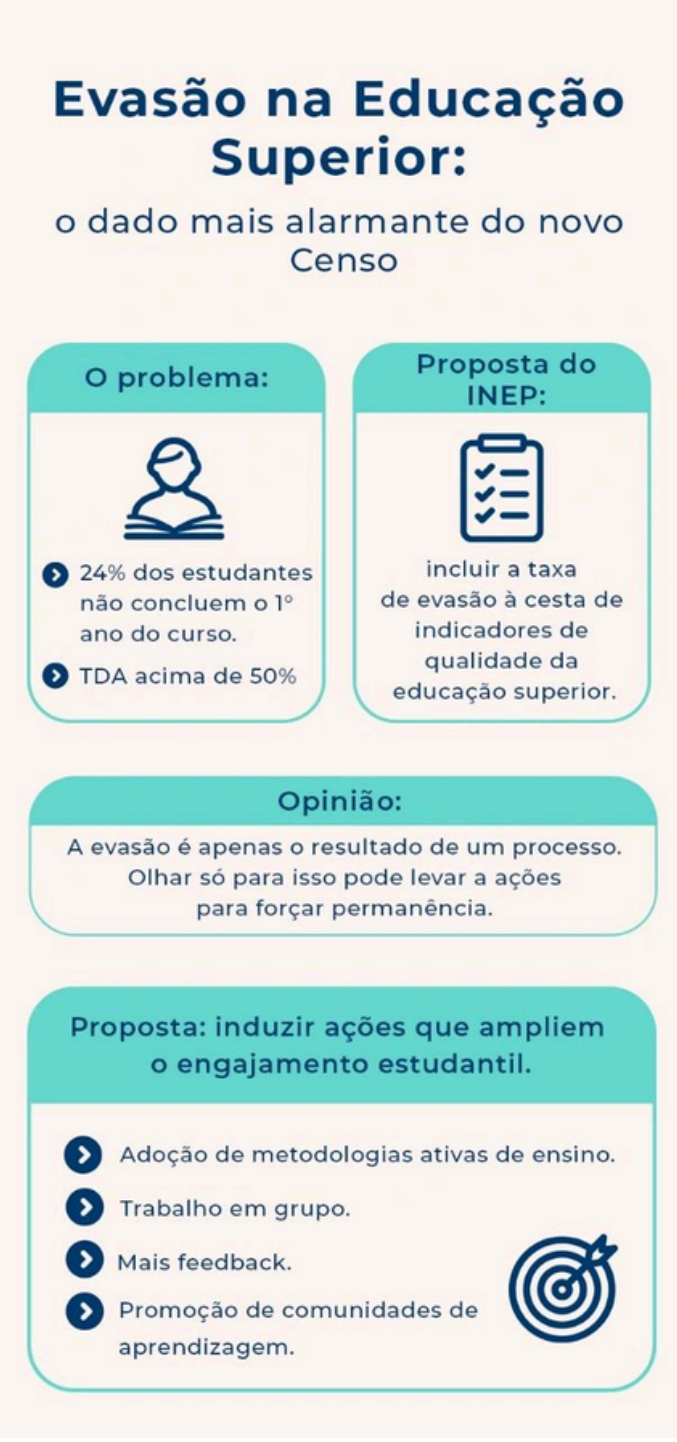
O caminho mais adequado para induzir a melhoria desse cenário passa por avaliar fatores que promovam indiretamente a permanência e o engajamento estudantil.
Como já apontava Coates (2005), o engajamento do estudante é um dos caminhos mais consistentes para melhorar simultaneamente a qualidade e a permanência no ensino superior.

A literatura é vasta ao propor estratégias eficazes:

- Metodologias ativas de ensino, como gamificação, sala de aula invertida e aprendizagem baseada em projetos;
- Trabalhos em grupo que estimulem colaboração e pertencimento;
- Feedbacks frequentes e personalizados;
- Promoção de comunidades de aprendizagem e espaços de diálogo entre estudantes e docentes.

Em resumo, o planejamento pedagógico precisa ser redesenhado para induzir o engajamento e, consequentemente, a permanência, atacando a evasão.

Não se trata de forçar a conclusão, mas de criar experiências educacionais significativas, que façam o estudante permanecer porque ele quer, não porque precisa.
A evasão é, antes de tudo, um sintoma e só enfrentaremos sua causa se olharmos para a essência da aprendizagem: o vínculo entre o aluno, o conhecimento e o sentido do seu percurso formativo.



# A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO RADAR DO INEP: QUANDO A INOVAÇÃO SE TORNA CRITÉRIO DE QUALIDADE

*O INEP prepara novos instrumentos de avaliação que reconhecem a inteligência artificial como aliada da qualidade no ensino superior*

A inteligência artificial (IA) deixou de ser uma promessa futurista para se tornar parte integrante do nosso cotidiano. Está nos diagnósticos médicos, nas recomendações de filmes, nas decisões financeiras e até na forma como contratamos pessoas. Em poucos anos, a IA passou de ferramenta de apoio à protagonista de uma revolução tecnológica que tem impactado profundamente as profissões, os modos de produção e, naturalmente, a educação.

No ensino superior, o impacto é ainda mais sensível: novas competências estão sendo exigidas de alunos e professores, currículos estão sendo reformulados, e instituições são pressionadas a integrar tecnologias que otimizem processos e melhorem a experiência acadêmica. A formação tradicional — baseada apenas na transmissão de conhecimento — está sendo substituída por modelos mais dinâmicos, interativos e personalizados.

**O olhar do MEC para a Inteligência Artificial**

Ciente dessa transformação, o Ministério da Educação (MEC) está incluindo na nova versão dos instrumentos de avaliação in loco, critérios específicos para avaliar a adoção responsável da inteligência artificial nos processos acadêmicos e administrativos.

Em outras palavras: haverá qualificadores nos objetos de avaliação que buscarão identificar se e como a IA vem sendo aplicada nas rotinas institucionais. E, sim — o uso adequado dessas tecnologias poderá pontuar positivamente para as instituições, desde que o uso da IA seja supervisionado por pessoas, respeitando princípios éticos e de confiabilidade.

Essa mudança sinaliza uma nova era para a educação superior brasileira: uma era em que inovação tecnológica passa a ser também um indicador de qualidade educacional.

**A IA e os novos instrumentos de avaliação in loco**

A proposta do INEP/MEC para os novos instrumentos de avaliação in loco considera o emprego da IA em objetos de avaliação das Dimensões 1 e 3.

Na Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica, o objeto de avaliação 1.7 – Tecnologias Digitais no âmbito do curso, em seu atributo f, que avalia as tecnologias digitais adotadas no processo de ensino-aprendizagem, traz o qualificador “incluem sistemas de inteligência artificial dedicados a promover a aprendizagem supervisionados por pessoas”. Isso indica que o emprego da IA para ajudar no processo de aprendizagem do aluno, desde que supervisionado por pessoas, poderá contribuir positivamente para o conceito a ser atribuído.

Ainda na Dimensão 1, o objeto de avaliação 1.13 – Acompanhamento de egressos, em seu atributo d, que avalia as ações de acompanhamento dos egressos, traz o qualificador “uso de tecnologias de análise de dados e inteligência artificial para obter uma compreensão do progresso e impacto dos egressos”. Desse modo, percebe-se que o INEP pontuará como algo positivo o emprego de tecnologias de IA para a análise da jornada dos egressos.

Já na Dimensão 3 - Infraestrutura, o objeto de avaliação 3.4 – Acesso dos estudantes a equipamentos de informática, em seu atributo d, que avalia as a infraestrutura e equipamentos oferecidos aos estudantes, traz o qualificador “políticas e diretrizes sobre o uso de tecnologias emergentes, tais como diferentes opções de Inteligências Artificiais”. É possível entender que as instituições deverão possibilitar que os estudantes tenham contato com as diferentes opções de Inteligência Artificial disponíveis no mercado.

É importante destacar que os novos instrumentos de avaliação ainda estão em processo de desenvolvimento, mas o que se tem até o momento indica a importância das IES considerarem em seus projetos pedagógicos a adoção responsável da IA para que possam obter bons conceitos nas avaliações in loco já a partir de 2026.



**Aplicações possíveis da IA na educação superior**

A adoção de IA nas instituições de ensino superior (IES) pode ocorrer em múltiplas frentes.

**1. No processo de ensino-aprendizagem:**

- **Personalização do ensin**o: sistemas inteligentes podem recomendar trilhas de aprendizagem individualizadas com base no desempenho e nos interesses do aluno.
- **Chatbots educacionais e tutores virtuais**: auxiliam estudantes com dúvidas, orientações de estudo e suporte técnico em tempo real.
- **Correção automatizada de avaliações discursivas**: modelos de linguagem podem auxiliar na análise qualitativa preliminar de textos, oferecendo subsídios para o julgamento docente, que permanece como instância final de validação.
- **Análise de engajamento e risco de evasão**: algoritmos podem identificar comportamentos que indicam desmotivação, permitindo ações preventivas e personalizadas.

**2. Nos processos de gestão e avaliação institucional:**

- **Automação administrativa:** IA pode otimizar processos de matrícula, controle acadêmico, atendimento e suporte aos alunos.
- **Elaboração e monitoramento de planos de ensino e projetos pedagógico**s: ferramentas de IA podem auxiliar na revisão textual, coerência de competências e alinhamento com diretrizes curriculares.
- **Apoio à tomada de decisão**: dashboards inteligentes que cruzam dados de desempenho, evasão, ENADE e Censo podem subsidiar a melhoria contínua dos projetos pedagógicos;
- **Autoavaliação Institucional:** algoritmos de análise de sentimento podem ajudar a entender sugestões e apontamentos e classificá-los preliminarmente de forma mais rápida, auxiliando as equipes humanas na identificação das situações que merecem atenção prioritária.





**O que as IES devem fazer agora**

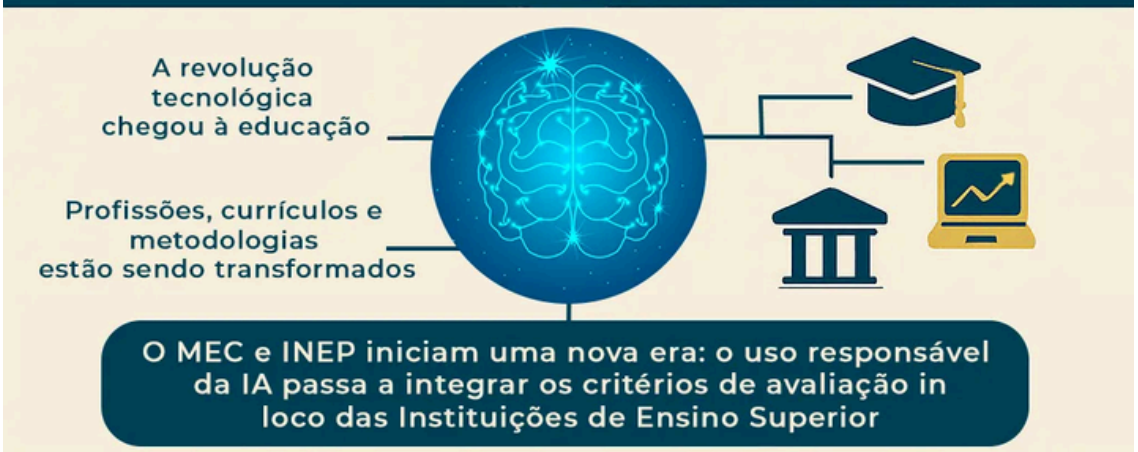
Com a iminente atualização dos instrumentos de avaliação, as instituições que desejam manter-se competitivas e bem avaliadas precisarão se antecipar. Algumas medidas estratégicas são urgentes:

1. Mapear processos acadêmicos e administrativos que possam ser aprimorados com IA, identificando soluções tecnológicas compatíveis.
2. Capacitar docentes e gestores para o uso ético e pedagógico das ferramentas de IA.
3. Estabelecer políticas institucionais claras sobre governança, privacidade e supervisão humana nas aplicações de IA.
4. Documentar evidências do uso de IA como parte dos relatórios e planos de melhoria institucional, de modo a atender aos novos objetos de avaliação do INEP/MEC.

As instituições de ensino superior que souberem integrar a IA de forma responsável, ética e estratégica estarão mais preparadas para atender não apenas às exigências regulatórias, mas às transformações do mundo do trabalho. A capacidade de cada IES de transformar inovação em aprendizado real definirá o futuro da educação superior brasileira.

# A Inteligência Artificial no Radar do INEP:

## Quando a inovação se torna critério de qualidade




O MEC e INEP iniciam uma nova era: o uso responsável da IA passa a integrar os critérios de avaliação in loco das Instituições de Ensino Superior

### Aplicações possíveis da IA na educação superior

**No processo de ensino-aprendizagem**

- Personalização do ensino
- Chatbots educacionais e tutores virtuais
- Correção automatizada de questões discursivas
- Análise de engajamento e risco de evasão

**Nos processos administrativos**

- Automação administrativa
- Elaboração e monitoramento de planos de ensino e projetos pedagógicos
- Apoio à tomada de decisão
- Autoavaliação institucional

### Onde a IA aparece nos novos instrumentos do INEP

**Dimensão 1 – Organização** Didático-Pedagógica

- No objeto de avaliação **1.7,** de Tecnologias Digitais
- No objeto de avaliação **1.13,** no Acompanhamento de egressos

**Dimensão 3 - Infraestrutura**

- No objeto de avaliação **3.4,** de acesso dos estudantes a equipamentos de informática

### O que as IES devem fazer agora

1. Mapear processos acadêmicos e administrativos que podem ser aprimorados com IA
2. Capacitar docentes e gestores para o uso ético e pedagógico das ferramentas de IA
3. Estabelecer políticas institucionais claras sobre governança, privacidade e supervisão humana nas aplicações de IA
4. Documentar evidências do uso de IA como parte dos relatórios e planos de melhoria institucional

# A RESSIGNIFICAÇÃO DA CPA: INEP TRABALHA EM NOVO GUIA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Nos últimos meses, o tema da Comissão Própria de Avaliação (CPA) voltou ao centro das discussões sobre qualidade no ensino superior. O INEP, em 12 de fevereiro de 2025, via Portaria n°74, instituiu uma Comissão Assessora para a realização de estudos de revisão do Guia de Autoavaliação Institucional da Educação Superior. No mês passado, as primeiras propostas foram apresentadas no Seminário Internacional da RIACES, no Rio de Janeiro.

O movimento é claro: ressignificar o papel da CPA e devolver à autoavaliação sua função de ser um instrumento de gestão e diagnóstico institucional, e não apenas de cumprimento regulatório.

**A nova estrutura proposta**

Na proposta preliminar, a autoavaliação será organizada em **quatro grupos**, com papéis distintos e complementares:

- **Grupo 1:** tratará de nove das dez dimensões do SINAES, a saber: Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Políticas para o ensino, pesquisa e extensão; Responsabilidade social da instituição; Comunicação com a sociedade; Políticas de pessoal; Organização e gestão da instituição; Planejamento e avaliação; Políticas de atendimento aos estudantes; Sustentabilidade Financeira;
- **Grupo 2:** olhará para a própria CPA, visando sua reavaliação e revitalização continuada;
- **Grupo 3:** abordará infraestrutura física e tecnológica, cruzando-as com as demandas institucionais;
- **Grupo 4:** será responsável por avaliar de forma mais específicas os cursos, de acordo com suas áreas, promovendo a integração entre a **CPA, NDE e CNDE**, com responsabilidades claras, cooperação e orientação prática para planejamento, execução e metavaliação.

**Os avanços da nova proposta**

Entre os pontos mais relevantes apresentados até o momento:

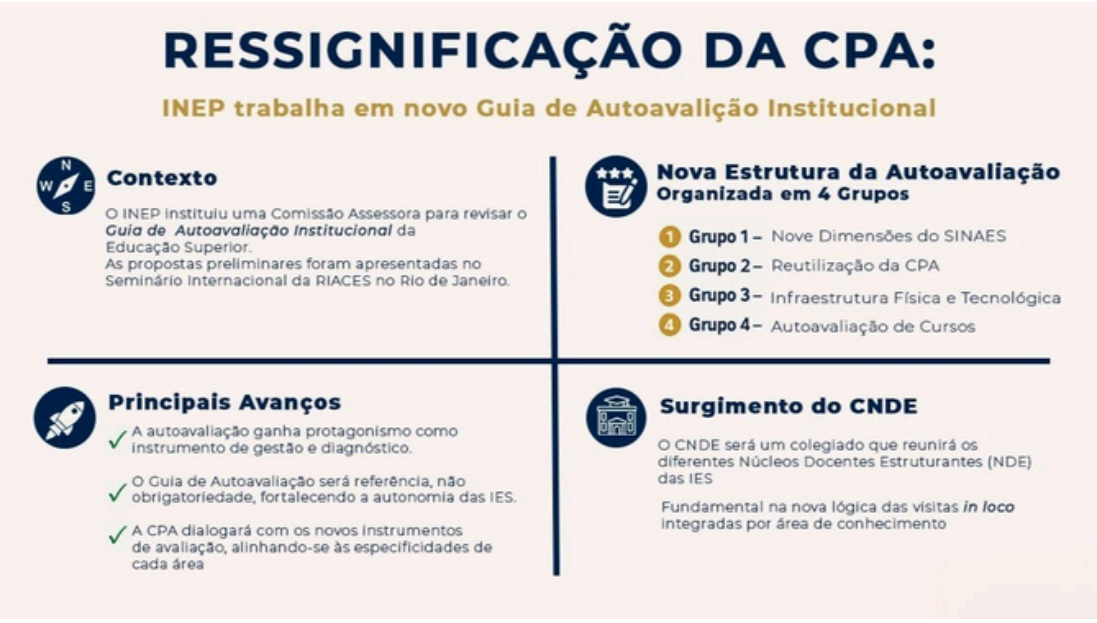
- A autoavaliação institucional será ressignificada, fortalecendo-se como ferramenta de gestão e planejamento;
- O novo Guia de Autoavaliação será uma referência, e não uma obrigatoriedade, estimulando a autonomia das IES;
- A autoavaliação passa a dialogar diretamente com os novos instrumentos de avaliação, que trazem especificidades por área de conhecimento dos cursos.

**O surgimento do CNDE**

Outro ponto de destaque é a criação do CNDE , um colegiado que reunirá os diferentes Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) da instituição. Com as visitas in loco passando a ser integradas por área de conhecimento, o CNDE se tornará peça-chave de articulação acadêmica e regulatória.

**Reflexão final**

O novo desenho da CPA propõe um retorno à sua essência: avaliar para melhorar, e não apenas avaliar para comprovar. Entretanto, como visto nos artigos sobre os novos instrumentos de avaliação, o peso do trabalho desenvolvido pela CPA será percebido em todas as dimensões e afetará sobremaneira os conceitos dos cursos e instituições durante as visitas in loco. Espera-se que o novo Guia de Autoavaliação Institucional contribua para que as ações da CPA impactem as instituições de forma cada vez mais positiva, fomentando a qualidade nas IES.



# POLO IDEAL NA NOVA ERA DO EAD

*A regulamentação atual impõe desafios de investimento e logística para as IES, especialmente em cidades pequenas e distantes*

**Por Raul Galhardi**

O ensino a distância tem sido um dos principais meios de acesso ao ensino superior no Brasil, levando a oportunidade de formação a milhões de brasileiros em regiões onde a estrutura presencial é escassa. Sua rápida expansão transformou o cenário educacional.

O Censo da Educação Superior 2024 (Inep/MEC) apontou que, em uma década, o crescimento dos cursos EAD foi de 232%. Pela primeira vez, a quantidade de matrículas em cursos a distância (5.189.391) foi maior que a de cursos presenciais (5.037.482).
Por outro lado, o Censo revela também que houve desaceleração no crescimento do EAD. Conforme análise do Semesp, em seu site, até 2022 a modalidade crescia mais de 20% ao ano. Em 2023, perdeu força, com 7% de crescimento e, em 2024, apenas 1%. Para a entidade, o Decreto nº 12.456/2025 e a Portaria nº 506/2025 devem reforçar essa tendência.

Com a nova regulamentação, os polos serão reconhecidos como espaços acadêmicos de apoio e devem oferecer uma estrutura de suporte acadêmico, física e tecnológica mínima, com recepção, salas de coordenação, espaços de estudo, laboratórios (quando necessário) e acesso à internet.

“Um dos pontos mais relevantes da regulamentação é a nova configuração dos polos, que passam a ter papel de protagonismo no ecossistema da educação a distância. O decreto acerta ao exigir infraestrutura mínima e presença física real, garantindo que o polo volte a ser um espaço formativo, e não apenas um endereço comercial”, afirma Antonio Esteca, CEO da Faculdade Metropolitana.

Segundo estimativas do MEC, o cenário pós-regulamentação deverá ser de retração com metade dos cerca de 50 mil polos EAD deixando de funcionar. “Muitos polos pequenos ou inativos deixarão de operar e isso pode até ser positivo para o sistema, pois trará mais foco e credibilidade ao ensino a distância. Veremos o fortalecimento de redes mais estruturadas, que entenderam o papel do polo como parte do ecossistema educacional e não como mero ponto de captação”, afirma Janes Fidélis, vice-presidente acadêmico da Ânima Educação, uma das Universidades Inovadoras de 2025.

As novas regras não permitem o compartilhamento de polos entre instituições de ensino superior. No entanto, prevê a possibilidade de parcerias entre instituições desde que uma delas seja credenciada exclusivamente para oferta presencial.

**Caminho para o polo ideal**

Para Esteca, o custo de implantação de um polo varia a partir de três fatores principais: o formato da operação, o tipo de curso ofertado e a localização do polo. “A instituição poderá optar por um polo próprio ou por parcerias locais”, detalha.

Em relação ao perfil dos cursos ofertados, áreas que exigem infraestrutura laboratorial ou ambientes especializados, como saúde ou engenharias, deverão elevar o valor do investimento. Por fim, a região de implantação influenciará diretamente o orçamento, seja pelos custos imobiliários, seja pela disponibilidade de mão de obra e serviços.

“Com as novas exigências, o investimento inicial de um polo pode ficar entre R$ 250 mil e R$ 1 milhão, dependendo do porte, dos cursos e da cidade. Esse valor inclui adequações físicas, laboratórios, mobiliário, conectividade, acessibilidade e equipe local”, avalia Fidelis.

Em relação à sustentabilidade financeira, o gestor da Ânima Educação projeta que um polo ideal deverá atingir seu ponto de equilíbrio entre 200 e 400 alunos ativos. “Isso significa que a estratégia de captação precisará ser mais precisa, com campanhas mais segmentadas e uma forte integração entre marketing, relacionamento e retenção”, afirma.

Segundo Esteca, em termos práticos, um polo só deverá alcançar a sustentabilidade com cerca de 100 alunos ativos. Ele explica que, hoje, esse número de alunos é realidade para pouco mais de 30% dos polos. Outros 40% possuem menos de 50 alunos.

Um polo de excelência será aquele que cumprir, do ponto de vista pedagógico, três exigências: infraestrutura adequada e confortável, equipamentos de qualidade e momentos presenciais e síncronos bem planejados, que conciliem flexibilidade de horários com propostas formativas significativas. “O aluno precisa sentir que o polo é um espaço de aprendizado ativo e não apenas um local de passagem”, diz o CEO da Faculdade Metropolitana.

Acolhimento é um ponto central. “É fundamental que a instituição crie mecanismos para ajudar o estudante a se familiarizar com a dinâmica do EAD, sobretudo nos primeiros meses, quando a evasão tende a ser mais alta.” Além disso, respostas rápidas, atendimento humanizado e comunicação clara fazem a diferença na experiência do aluno.“O polo de excelência será aquele que conseguir integrar tecnologia, relação humana e sentido pedagógico. O polo deixará de ser um ‘posto de apoio’ e passará a ser um hub de aprendizagem e comunidade, onde o estudante se sente parte de algo maior”, defende Fidelis.

**O futuro do EAD**



Para Fidélis, a nova geração do EAD será menos pulverizada, mais híbrida, mais conectada à prática, ao mercado e ao território. “Os cursos tendem a se tornar mais atrativos porque as instituições que permanecerão no mercado terão estruturas mais sólidas e metodologias mais coerentes com o perfil contemporâneo do estudante. Se isso acontecer, a evasão naturalmente cairá”, completa.

“A nova legislação traz maior rigor e consistência à oferta da modalidade, por um lado, ao exigir infraestrutura adequada nas sedes e polos, materiais didáticos de melhor qualidade, corpo docente mais presente e projetos pedagógicos mais integrados.

Por outro lado, é necessário que o diálogo com o setor e entidades de todo o país permaneça aberto, de modo a aprimorar algumas definições. Caso contrário, há o risco de se reverter um processo histórico de interiorização da educação superior, que permitiu a inclusão de milhões de brasileiros via EAD “, analisa Esteca.

O prazo para adaptação das instituições de ensino superior será de dois anos, contados da data de publicação do Decreto nº 12.456/2025. Contudo, os pedidos de autorização e os atos de criação de cursos, protocolados ou informados a partir da data de publicação do decreto, deverão atender integralmente às disposições da portaria de forma imediata.

# INEP DETALHA O NOVO PROCESSO DE AVALIAÇÃO IN LOCO

O INEP apresentou, em webinar realizada no dia 24 de outubro de 2025, novas informações sobre o processo de avaliação in loco que entrará em vigor com os novos instrumentos de avaliação. O encontro trouxe detalhamentos importantes e deixa cada vez mais claro o desenho da nova arquitetura avaliativa do ensino superior brasileiro.
Entre os pontos apresentados, destaco:

- **Testes de aplicação dos novos instrumentos:** O INEP abriu inscrições de 22 a 29 de outubro de 2025 para instituições que desejarem participar da fase de testes dos novos instrumentos de avaliação. O objetivo é analisar a viabilidade dos objetos de avaliação, atributos e qualificadores, além da própria dinâmica do processo avaliativo.

- **Calendário trienal de avaliações por área da CINE Brasil:** As avaliações ocorrerão em ciclos de três anos, organizadas por áreas gerais da CINE Brasil. Quando chegar o momento de avaliar os cursos de uma determinada área (ex.: Área 1), todos os cursos dessa área em uma IES passarão por visita simultaneamente. Isso trará maior coerência e comparabilidade entre avaliações de mesma natureza.

- **Comissões híbridas e dimensionadas pela complexidade da visita:** O modelo será híbrido, combinando avaliadores presenciais e remotos conforme o número de cursos avaliados:
  - 1 a 2 cursos → 2 avaliadores presenciais (3 dias)
  - 3 a 4 cursos → 2 presenciais + 1 remoto (4 dias)
  - 5 a 7 cursos → 2 presenciais + 2 remotos (5 dias)
  - 8 a 10 cursos → 3 presenciais + 3 remotos (5 dias)

- **Novo sistema eletrônico em desenvolvimento:** Um novo sistema digital substituirá o e-MEC no âmbito das avaliações do INEP, de modo a atender a nova dinâmica proposta.

- **Avaliação de polos por amostragem:** Os polos de educação a distância serão avaliados virtualmente, a partir de uma amostragem definida pelo INEP. Durante as visitas, estudantes, coordenadores, supervisores de estágio e demais atores institucionais serão entrevistados, garantindo um olhar mais amplo sobre a realidade da oferta.

- **Revisão periódica dos instrumentos**: Os instrumentos de avaliação serão revisados a cada ciclo trienal, permitindo ajustes contínuos conforme o amadurecimento do modelo e a evolução da educação superior.

O novo modelo representa uma transição da avaliação e exige das instituições planejamento, consistência documental e maturidade na gestão acadêmica, mas também abre caminho para um processo avaliativo mais justo, comparável e formativo.



# FIM DAS AVALIAÇÕES IN LOCO VIRTUAIS: IMPACTOS PARA INSTITUIÇÕES, AVALIADORES E PARA O INEP

Nos últimos anos, as avaliações virtuais in loco do INEP representaram um avanço significativo em termos de eficiência e cobertura. Elas surgiram no contexto da pandemia, mas se consolidaram como solução logística diante da expansão da educação superior e da necessidade de racionalizar custos e tempo.

**Como ficam as avaliações in loco?**

Com o novo processo de avaliação proposto, o INEP encerra o ciclo das avaliações totalmente virtuais, retomando a presencialidade e inaugurando um modelo híbrido, em que podem ser alocados avaliadores remotos, mas sempre com a presença de ao menos 2 avaliadores presentes fisicamente. Além disso, as avaliações não ocorrerão mais por curso, mas sim por área geral da CINE Brasil, de modo que todos os cursos de determinada área serão avaliados simultaneamente.

As avaliações terão duração mínima de 3 dias, podendo chegar a até 5 dias, quando envolverem mais de 5 cursos. No modelo atual, todas as avaliações duram 3 dias.

**Impactos para as Instituições de Ensino**

Para as IES, o fim das avaliações virtuais significa **um novo grau de preparação.**

- As visitas presenciais híbridas exigirão equipes internas mais articuladas e engajadas com o processo de avaliação, pois a presença física de avaliadores externos impacta mais diretamente a operação que a presença virtual
- Os agendamentos simultâneos por área (modelo trienal) trarão picos de demanda, exigindo planejamento antecipado dos cursos a serem avaliados.
- Será necessário designar pessoas da instituição para atenderem à logística das comissões, preparando espaço físico para os avaliadores, auxiliando nos deslocamentos dentro da instituição e também para fora dela, considerando o percurso entre hotel e instituição, ou seja, é necessário preocupar-se com a “hospitalidade”.
- A carga de trabalho para as instituições tende a ser maior, mas por períodos menores, já que haverá concentração das avaliações em poucos dias.



**Impactos para os Avaliadores**

Para os avaliadores, a mudança implica recapacitação e reorganização do próprio trabalho.

- Com toda a mudança regulatória, o primeiro passo é a recapacitação, de modo a compreender todo o novo arcabouço regulatório, especialmente os prazos de transição, evitando análises equivocadas
- A disponibilidade dos avaliadores pode ser fortemente afetada, uma vez que voltam a precisar dos deslocamentos e, mais que isso, podem precisar se afastar das instituições em que trabalham por até 7 dias (1 dia para ida, 5 dias de avaliação e 1 dia para o retorno). Isso poderá ser impeditivo para muitos avaliadores.
- A logística das visitas será mais complexa, mas também mais imersiva, devolvendo à comissão avaliadora a vivência direta com a instituição e seu ecossistema.
- Será necessária maior articulação entre os avaliadores, seja pelo maior número de pessoas envolvidas, maior tempo de avaliação ou mesmo pelo formato híbrido, onde o avaliador que atuará remotamente precisará trabalhar de forma sinérgica com os avaliadores presentes nas IES.

**Impactos para o INEP**

O próprio INEP também passa por um processo de reengenharia com novos desafios.

- Necessário prover recapacitação para todo o BASis.
- Pode haver forte redução na disponibilidade de avaliadores, visto que o afastamento de suas atividades regulares nas instituições em que atuam, por um período mais longo, pode ser inviável.
- A eliminação das visitas virtuais reduz a agilidade logística e amplia os custos para as avaliações, mas ao mesmo tempo o novo modelo reduz o volume de avaliações, uma vez que muitos cursos serão avaliados simultaneamente.
- A avaliação nesse novo paradigma demandará novo sistema eletrônico, o que exige um esforço grande para implementação e testagem.

**Conclusão**

O fim das avaliações virtuais não é um retrocesso, mas traz impactos importantes para os atores envolvidos no processo: instituições, avaliadores e o próprio INEP. De um lado espera-se a redução no número de visitas e uma imersão maior dos avaliadores junto às instituições. De outro, o esforço logístico envolvido aumentará sobremaneira e os avaliadores podem ter menor disponibilidade devido aos longos períodos de afastamento de suas atividades laborais regulares.

Nesse cenário em que é difícil prever o efeito global das mudanças, é um alento perceber que trienalmente o INEP está se comprometendo com o aprimoramento dos instrumentos e até mesmo do fluxo avaliativo, o que deve contribuir para um amadurecimento e melhoria contínua da avaliação in loco.



# INEP APRESENTA OBJETOS DE AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO 4 PARA NOVAS ÁREAS

O INEP deu mais um passo importante na construção dos novos instrumentos de avaliação de cursos de graduação. Foi aberta ontem a consulta pública da Dimensão 4 para as seguintes áreas:

- **Área 2**: Artes e Humanidades
- **Área 3**: Ciências Sociais, Comunicação e Informação
- Á**rea 4:** Administração, Negócios e Direito
- Cursos Superiores de Tecnologia

Para participar desse processo colaborativo de construção dos novos instrumentos, você poderá enviar suas considerações até dia 24 de novembro de 2025.

**Área 2 — Artes e Humanidades**
Na Área 2, a Dimensão 4 vem reafirma o compromisso do INEP com uma avaliação formativa, ética e responsiva à diversidade cultural, reconhecendo a pluralidade de saberes e práticas que caracterizam este campo do conhecimento. Um ponto de destaque é a valorização das parcerias com espaços não formais de aprendizagem, como centros culturais, ateliês e instituições de preservação do patrimônio, reconhecendo o papel desses ambientes na formação integral dos estudantes.

**Área 3 — Ciências Sociais, Comunicação e Informação**
Para a Área 3, a proposta busca valorizar a pluralidade dos percursos formativos e o papel social das Instituições de Educação Superior. Há uma clara ênfase na produção de conhecimento crítico, ético e socialmente relevante, alinhado às transformações da sociedade contemporânea. Outro destaque é a valorização do ensino de conteúdos voltados a políticas públicas e o fortalecimento da articulação entre academia e mercado de trabalho, promovendo formações mais conectadas com as demandas atuais.

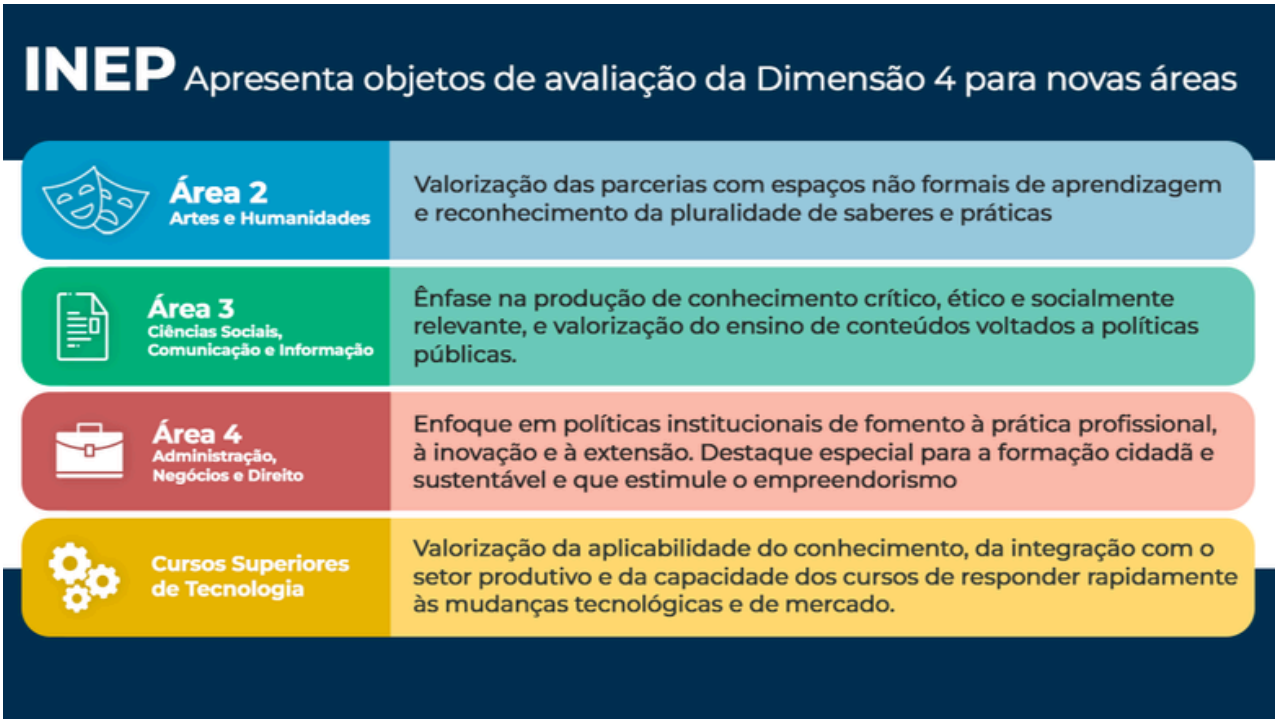
**Área 4 — Administração, Negócios e Direito**
Na Área 4, a Dimensão 4 introduz um olhar voltado às políticas institucionais de fomento à prática profissional, à inovação e à extensão, reforçando a importância da vivência prática e da articulação entre teoria e aplicação. Há também um destaque especial para a formação cidadã e sustentável, estimulando o desenvolvimento de competências ligadas à sustentabilidade, empreendedorismo e responsabilidade social, em sintonia com os desafios contemporâneos da gestão pública e privada.

**Cursos Superiores de Tecnologia**

Por fim, para os Cursos Superiores de Tecnologia, os objetos de avaliação propostos reforçam a necessidade de alinhar teoria e prática, reconhecer trajetórias formativas diversas e fortalecer a empregabilidade e a inserção social dos egressos. O foco está em valorizar a aplicabilidade do conhecimento, a integração com o setor produtivo e a capacidade dos cursos de responder rapidamente às mudanças tecnológicas e de mercado.

**Próximos passos**

Após o término da consulta pública, os especialistas do INEP deverão atuar analisando as sugestões recebidas e, eventualmente, alterando os instrumentos de avaliação para suas versões finais.



# NOVO MARCO REGULATÓRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU NO BRASIL: O QUE MUDA COM O PARECER CNE/CES 637/2025

A educação superior brasileira vive um novo ciclo de revisões estruturais, e depois das grandes mudanças que impactaram a graduação ao longo de 2024 e 2025, chegou a vez da Pós-Graduação Lato Sensu passar por uma atualização. O Parecer CNE/CES 637/2025, ainda não homologado pelo Ministério da Educação, propõe mudanças no cenário da especialização no Brasil, elevando padrões, restringindo práticas antigas e criando um ambiente mais seguro para estudantes e instituições sérias que atuam nesse mercado.

**Quem poderá ofertar os cursos?**

A partir do novo marco, a oferta de cursos de especialização (Pós-Graduação Lato Sensu) poderá ser realizada somente por instituições de ensino superior ou entidades que já tenham credenciamento exclusivo para oferta de pós. Para pleitear o credenciamento exclusivo, uma entidade deverá:

- Ter CNAE principal na categoria Educação;
- Comprovar pelo menos 5 anos de atuação acadêmica e científica na área pretendida;
- Estar preparada para um credenciamento com validade máxima de 5 anos, obrigando revisão periódica da qualidade (recredenciamento).

Todo o processo envolve um trâmite que não é rápido e que deve frear a oferta.

**Fim dos convênios amplos e sem controle**

O parecer encerra o modelo de convênios/parcerias que permitia que uma entidade não credenciada oferecesse cursos enquanto uma instituição credenciada apenas certificava. A partir da homologação do novo parecer, só poderão firmar parcerias as instituições devidamente credenciadas. E mais: todos os convênios deverão ser registrados no e-MEC.

A mensagem é clara: quem quiser atuar na pós precisa se submeter ao sistema regulatório.

**Registro dos cursos no e-MEC**

Apesar de a obrigatoriedade já existir atualmente, o parecer estabelece que o registro de cada curso deverá ter agora:

- PPC completo;
- Corpo docente alinhado a novas diretrizes;
- Alinhamento ao campo de atuação institucional.

Ao exigir uma robustez maior no registro dos cursos, o marco impede que instituições mantenham portfólios com centenas de formações sem efetivo planejamento acadêmico. Além disso, fica proibida a oferta de cursos em áreas totalmente fora da atuação da instituição em nível de graduação. Hoje é possível encontrar instituições que ofertam apenas uma graduação em Pedagogia, por exemplo, e oferecem um portfólio de mais de 1.000 cursos em áreas como Estética, Medicina, Farmácia e tantas outras.

**Corpo docente: qualificação mínima obrigatória**

O novo parecer estabelece como critérios mínimos para o corpo docente:

- Pelo menos 30% do corpo docente deverá ter titulação stricto sensu;
- Pelo menos 50% deverá possuir algum vínculo jurídico com a IES ofertante.

Ou seja, é necessário que as instituições demonstrem possuir capital humano para a oferta dos cursos.

**Instituições com credenciamento exclusivo não poderão ofertar Saúde**

As entidades profissionais poderão solicitar o credenciamento exclusivo, mas não poderão ofertar cursos na área da saúde.

**Fim das especializações como Residências Médicas ou Multiprofissionais**

Segundo Art. 5° do Parecer 637/2025, residências médicas e multiprofissionais constituem cursos específicos ofertados de forma interministerial entre MEC e Ministério da Saúde. Sendo assim, deixa de existir a possibilidade de ofertar pós lato sensu como residência médica ou multiprofissional, reconhecendo que residências são programas específicos, com legislação própria.

**Combate à intermediação comercial**

Um dos pontos mais sensíveis do parecer é a vedação explícita à intermediação comercial na venda de cursos. Os convênios não poderão prever ato de intermediação comercial de turmas. Atualmente, é comum a existência de parcerias de cunho comercial, em que uma entidade vende os cursos e a outra fica responsável pela parte acadêmica, o que, de acordo com o Art. 2°, Parágrafo 3°, inciso II, agora é proibido.

**Prazo para adaptação: apenas 6 meses**

Todas as instituições que ofertam pós-graduação lato sensu terão 6 meses após a homologação do parecer para se adequarem às novas exigências.
Quem não se adequar ficará impedido de continuar ofertando.

**Prós e Contras**

O parecer apresenta avanços significativos. Ele encerra a oferta de pós-graduação por entidades sem credenciamento ou sem capacidade acadêmica, freia o “mercado da certificação”, no qual qualquer curso poderia ser transformado, em 24 horas, em uma suposta pós lato sensu, como é possível ver nos últimos anos vários anúncios prometendo. De modo geral, o novo marco deve reduzir práticas de baixa qualidade que prejudicam o setor e o estudante.

Por outro lado, o parecer traz maior flexibilidade a universidades e centros universitários, enquanto cria restrições para faculdades. No atual cenário, isso é um erro, pois muitas faculdades hoje estão aptas a se tornarem centros universitários, mas ainda não concluíram o processo devido às inúmeros mudanças que o MEC vem fazendo e que paralisaram as visitas institucionais desde 2023. Diante disso, as faculdades em processo de transformação de organização acadêmica, que já cumprem os requisitos legais para o pedido (pelo menos 6 anos de credenciamento e 8 cursos reconhecidos) e que já estejam com pedido de recredenciamento protocolados, deveriam também ser beneficiadas, pois, em princípio, ofertam um nível de maturidade organizacional equivalente.

Outro ponto de atenção é que o tempo para obtenção de credenciamento exclusivo é muito incerto e coloca muitas entidades sérias em risco.

O período de transição também poderia ser mais equilibrado, à semelhança do que ocorreu com a graduação. Enquanto na graduação o prazo chega a 2 anos, aqui são apenas 6 meses, o que pode ser insuficiente para mudanças estruturais.

Uma solução seria diferenciar:

- o que será simplesmente modificado, havendo um prazo um pouco maior para adaptação;
- o que será proibido, como as especializações ofertadas como residências médicas, já com cessação imediata da admissão de novos estudantes.

**Considerações Finais**

Após anos de vigor da Resolução CNE/CES, n° 1, de 06 de abril de 2018, o Conselho Nacional de Educação propõe ajustes regulatórios que deverão garantir padrões mínimos de qualidade, encerrando práticas nocivas realizadas por algumas instituições e entidades do mercado educacional.

Embora vários benefícios sejam trazidos, o parecer, que ainda não foi homologado pelo MEC, traz também alguns pontos que poderiam ser ajustados, especialmente no que se refere às regras de transição.



# DIMENSÃO 4 EM FOCO: PROPOSTA PARA CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO, NEGÓCIOS E DIREITO

O novo instrumento de avaliação de cursos do INEP trouxe mudanças na avaliação ao introduzir a Dimensão 4. Confira a proposta para os cursos da área de Administração, Negócios e Direito.

Em linhas gerais, a grande mudança é que a formação passa a ser avaliada pela sua capacidade real de gerar impacto social, econômico e profissional.

**Sustentabilidade deixa de ser "tema transversal" e vira eixo estruturante**
Um dos avanços mais significativos é a exigência de uma formação com foco em sustentabilidade. Agora, os avaliadores irão verificar não apenas se o tema aparece de forma genérica no PPC, mas se ele está estruturado em componentes curriculares e, principalmente, se está integrado às atividades de extensão.

Na prática, isso significa que não basta falar de ESG, responsabilidade socioambiental ou governança de forma teórica. A formação deverá demonstrar projetos reais, ações concretas e impacto mensurável sobre a comunidade.

**Inovação e empreendedorismo entram no radar da avaliação**

Outro ponto central da Dimensão 4 é o estímulo à inovação e ao empreendedorismo. O instrumento passa a exigir que o PPC preveja:

- Atividades estruturadas de incentivo à inovação.
- Desenvolvimento de competências empreendedoras.
- Ambientes de prática, como empresas juniores**,** laboratórios de inovação, projetos integradores e competições de startups.
- Simulações de negócios e desenvolvimento de projetos em grupo.

Agora, formar apenas para o emprego tradicional já não é suficiente. Espera-se que os cursos desenvolvam a mentalidade empreendedora, a capacidade de criação de soluções e a leitura de oportunidades de mercado.

**Extensão com impacto real e visível**

Os projetos extensionistas deixam definitivamente de ser cumprimento burocrático de carga horária. O novo instrumento exige que as atividades:

- Promovam forte engajamento com a sociedade;
- Sejam claramente vinculadas à área do curso;
- Demonstrem a prestação de serviços reais por parte dos estudantes à comunidade.

Além de realizar essas ações, elas deverão ser publicizadas, de modo que a comunidade tenha conhecimento dos atendimentos oferecidos e horários de atendimento.

**Formação profissional conectada ao mundo do trabalho**

Dentre as novas exigências, a dimensão 4 exigirá maior conexão da formação com o mundo do trabalho. A formação passa a ser avaliada também pela capacidade da instituição de oferecer:

- Visitas técnicas estruturadas;
- Atividades extracurriculares alinhadas às dinâmicas do mercado;
- Integração com empresas, escritórios, organizações e ambientes de negócios.

A lógica é simples: o estudante não pode conhecer o mercado apenas pela teoria. Ele precisa vivenciar o contexto profissional ainda durante a graduação.

**Espaços de prática**

Por fim, o instrumento passa a exigir a existência de espaços de trabalho prático-acadêmico, destinados ao desenvolvimento de projetos internos e ao atendimento da comunidade acadêmica e da sociedade.

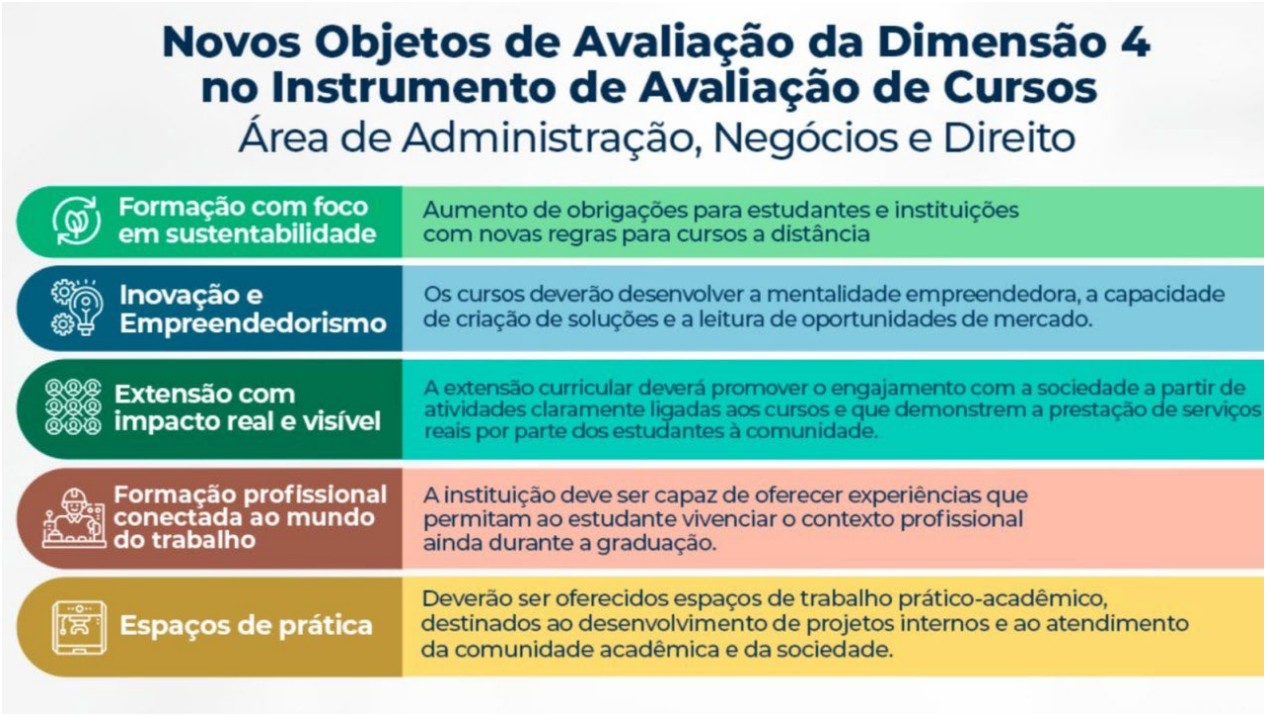
**Uma mudança de cultura, não apenas de instrumento**

A Dimensão 4 cobrará dos cursos da Área de Administração, Negócios e Direito a vivência prática e a conexão da formação com o mundo do trabalho.

Sustentabilidade aplicada, empreendedorismo real, extensão com impacto, vivência profissional e espaços de interação com a sociedade deixam de ser diferenciais e passam a ser requisitos de qualidade.

Para as instituições que já atuam de forma integrada com a sociedade, o novo instrumento é uma oportunidade de valorização. Para aquelas que ainda operam na lógica do mínimo regulatório, o cenário exige uma rápida mudança de mentalidade.

E você? O que achou da proposta?



# DIMENSÃO 4 EM FOCO: PROPOSTA PARA CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA

No artigo dessa semana, é a vez de apresentar a proposta do novo instrumento de avaliação do INEP para os cursos Superiores de Tecnologia.

Em resumo, a avaliação passa a exigir que os cursos demonstrem capacidade real de responder aos desafios contemporâneos, conectando educação, mundo do trabalho e desenvolvimento sustentável.

**Integração com o mundo do trabalho**

Os PPCs deverão apresentar sólida fundamentação nas demandas regionais, demonstrando aderência entre necessidades locais e o perfil de formação do curso.

A avaliação verificará, ainda, se o CST possui acordos de cooperação, convênios ou instrumentos equivalentes com organizações externas que contribuam, de forma efetiva, para a inserção do estudante no mundo do trabalho.

**Integração do curso com a sociedade**

Os CST deverão integrar temas transversais de sustentabilidade, diversidade e responsabilidade social na formação. Além disso, os projetos de extensão devem também promover forte engajamento com a sociedade e impactar a região em que o aluno está inserido.

Além de realizar essas ações, elas deverão ser publicizadas e acompanhadas regularmente pelos NDE dos cursos.

**Reconhecimento de Saberes e Competências**

Um ponto sensível da proposta é a exigência de mecanismos formais para aproveitamento de conhecimentos adquiridos no trabalho ou em cursos técnicos anteriores. Embora o INEP traga esse objeto de avaliação, a proposta ainda não esclarece como implementar esses processos, o que pode gerar interpretações divergentes entre instituições e avaliadores.

**Certificação intermediária e empregabilidade**

Com o novo instrumento, a certificação intermediária é colocada como uma obrigatoriedade para as instituições. As certificações deverão ser devidamente reconhecidas pelo mercado de trabalho, identificada na CBO e/ou Conselhos de Classe (quando for o caso), e na legislação.

**Prática profissional valorizada**

As práticas profissionais previstas no PPC deverão ocorrer em ambientes reais, com supervisão conjunta da IES e da organização parceira. Também serão exigidos:

- Relatórios estruturados;
- Acompanhamento pelo NDE e Colegiado;
- Publicização de informações relevantes à comunidade interna e externa.

**Inovação e empreendedorismo entram no radar da avaliação**

Outro ponto central da Dimensão 4 é o estímulo à inovação e ao empreendedorismo. O instrumento passa a exigir que o PPC preveja:

- Atividades estruturadas de incentivo à inovação.
- Desenvolvimento de competências empreendedoras.
- Convênios com ambientes de inovação, como incubadoras, parques tecnológicos e ecossistemas locais;
- Monitoramento das ações pelos NDE e Coordenação de cursos.

Agora, formar apenas para o emprego tradicional já não é suficiente. Espera-se que os cursos desenvolvam a mentalidade empreendedora, a capacidade de criação de soluções e a leitura de oportunidades de mercado.

**Análise crítica: onde avançamos e onde precisamos de cautela**

A Dimensão 4 exigirá dos CST:

- Sustentabilidade aplicada;
- Empreendedorismo real;
- Extensão com impacto;
- Vivência profissional consistente;
- Certificações intermediárias obrigatórias.

**Pontos fortes:**

- Valorização da prática profissional;
- Maior integração com a sociedade;
- Estímulo à inovação e ao empreendedorismo.

**Pontos de atenção:**

- O reconhecimento de saberes e competências obtidos do mundo do trabalho exige diretrizes claras para evitar práticas questionáveis pelas IES e também divergências entre avaliadores;
- A exigência de publicização de relatórios com informações relevantes sobre práticas profissionais e outros demanda cuidados com a LGPD.

De modo geral, a proposta avança e pode induzir qualidade. No entanto, seria importante a publicação de diretrizes operacionais mais detalhadas, especialmente para reconhecimento de saberes e elaboração de relatórios públicos.

E você? O que achou da proposta?



# SERES E INEP: FUNÇÕES DISTINTAS QUE MUITOS AINDA CONFUNDEM

Apesar de aparecerem sempre no mesmo contexto e ambas serem vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), SERES e INEP exercem papéis completamente diferentes dentro do sistema federal de educação superior. A confusão é comum até entre gestores experientes, especialmente diante das mudanças recentes trazidas pelo novo marco regulatório da EaD e pelas atualizações dos instrumentos de avaliação.

Por isso, vale esclarecer: quem faz o quê?

**1. SERES: quem regula e supervisiona**
A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES/MEC) é o braço regulatório do MEC. É ela que toma decisões administrativas sobre a vida jurídica das instituições e dos cursos.

**Principais responsabilidades da SERES**

- Credencia e recredencia instituições de ensino superior;
- Autoriza, reconhece e renova reconhecimento de cursos;
- Formula políticas para a regulação e supervisão de Instituições de Educação Superior;
- Executa processos de supervisão, podendo instaurar medidas cautelares, penalidades, protocolos de compromisso e até descredenciamentos;

Em resumo: a SERES decide.

Ela é a autoridade regulatória que diz se uma IES pode ou não operar e em que condições.

**2. INEP: quem avalia**
O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira é o organismo técnico-científico que avalia a qualidade da educação superior.

**Principais responsabilidades do INEP no âmbito da Educação Superior**

- Realiza as avaliações in loco para credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento;

- Produz e atualiza instrumentos de avaliação, como os que se encontram em construção;
- Aplica avaliação de desempenho de estudantes, como o ENADE;
- Calcula indicadores de qualidade, como:
  - Enade
  - CPC
  - IGC
- Gera dados e estatísticas nacionais a partir da realização do Censo da Educação Superior.

Em resumo: o INEP avalia.

Ele não decide credenciamentos, não autoriza cursos e não aplica penalidades. Seu papel é subsidiar o poder público no monitoramento e na avaliação do Sistema Nacional de Educação.

**3. Como os dois se conectam**

Uma instituição envia um processo ao e-MEC. A SERES realiza análise preliminar e, quando necessário realizar avaliação in loco, encaminha o processo ao INEP. O INEP avalia (visita, relatório, conceito) e envia o relatório à SERES que, então, decide (autoriza, reconhece, recredencia ou aplica supervisão).

Ou seja:

INEP entrega o diagnóstico. SERES faz o tratamento.

Esse fluxo é essencial para o equilíbrio entre as dimensões técnica (avaliação) e administrativa (regulação).

**4. Onde costuma haver confusão**

A maior parte das dúvidas ocorre porque muita gente acredita que:

- “O INEP descredenciou tal IES.”
  ❌ Não descredencia. Quem descredencia é a SERES.

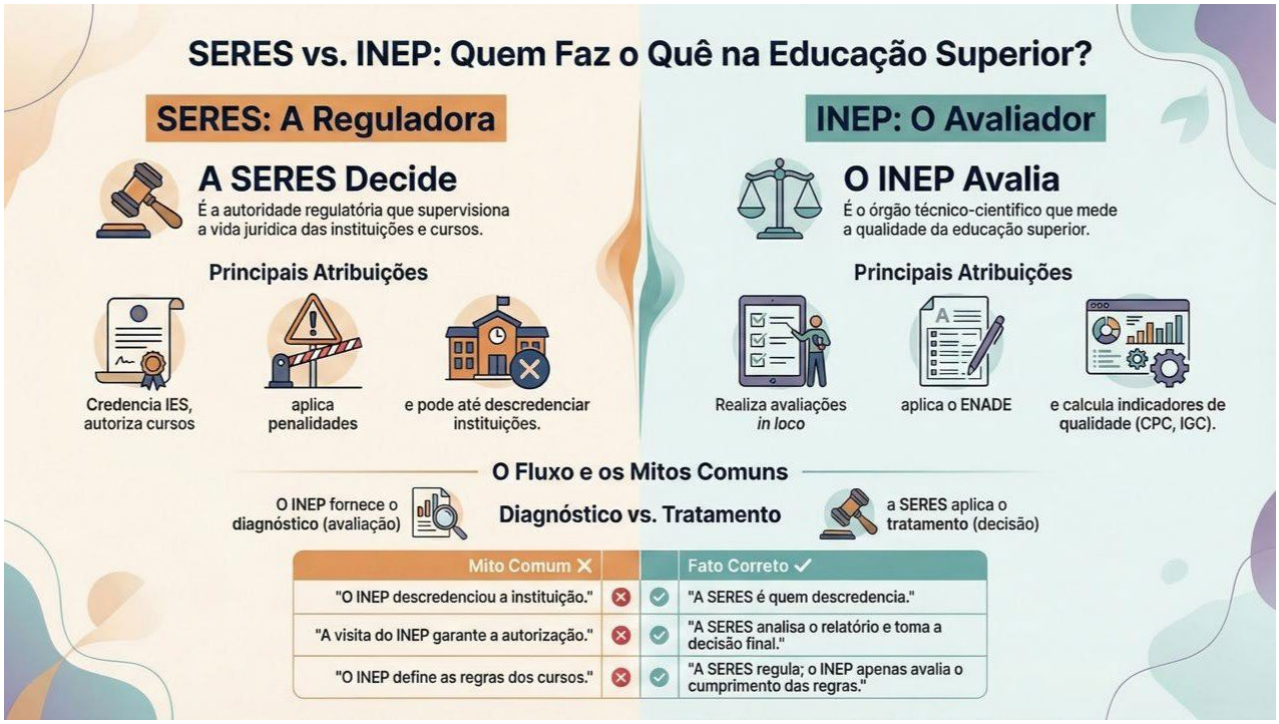
- “A visita do INEP já garante autorização.”
  ❌ Não garante. A SERES ainda analisa o caso e emite a portaria.

- “O INEP define regras de polos e carga-horária.”
  ❌ Isso é regulação. O INEP apenas avalia se a IES cumpre as regras.

**Conclusão**

Para gestores, mantenedores, coordenadores e lideranças acadêmicas, compreender a diferença entre SERES e INEP é uma competência estratégica.

Navegar entre essas duas instâncias com clareza é o que permite que uma IES cresça, se mantenha relevante e enfrente com segurança o novo cenário regulatório e de avaliação do ensino superior brasileiro.



# NOVO PROCESSO DE AVALIAÇÃO IN LOCO DO INEP

*Novo modelo para avaliação in loco representa uma transição da avaliação, que abre caminho para um processo avaliativo mais justo, comparável e formativo*

**Por Antonio Esteca**

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) propôs um novo modelo para a avaliação in loco dos cursos de graduação, com cronograma previsto para ajustes até dezembro de 2025 e início da implementação em 2026. Nesse artigo, apresento uma síntese das principais alterações para que as instituições de ensino superior possam se preparar.

**Mudanças da estrutura e fluxo**

As principais mudanças dizem respeito à arquitetura dos instrumentos e à dinâmica das visitas, que passarão a seguir uma nova lógica operacional.

- **Nova arquitetura do instrumento:** A estrutura atual, baseada em 3 dimensões, com indicadores e atributos, será substituída por uma nova arquitetura com 4 dimensões. Cada dimensão será composta por “objetos de avaliação”, que serão analisados por “atributos” e, por sua vez, detalhados por “qualificadores”. Cada objeto de avaliação receberá um conceito de 1 a 5;
- **Novo calendário trienal:** No modelo atual, as visitas são vinculadas aos processos de regulação. A nova proposta estabelece um calendário trienal fixo, no qual todos os cursos receberão obrigatoriamente uma visita a cada três anos, independentemente dos atos de regulação. As avaliações serão organizadas por área da CINE Brasil;
- **Visitas simultâneas:** Todos os cursos de uma mesma área da CINE Brasil dentro de uma IES serão avaliados simultaneamente. As visitas serão conduzidas por comissões maiores e com perfis mais abrangentes, exigindo das IES uma capacidade de mobilização sem precedentes;
- **Fim das avaliações virtuais:** As comissões de avaliação passarão a ser mistas, com avaliadores atuando presencialmente na IES e outros de forma remota. A composição da comissão e a duração da visita serão dimensionadas pela complexidade do processo:
  - 1 a 2 cursos: 2 avaliadores presenciais (3 dias de visita)
  - 3 a 4 cursos: 2 avaliadores presenciais + 1 remoto (4 dias de visita)
  - 5 a 7 cursos: 2 avaliadores presenciais + 2 remotos (5 dias de visita)
  - 8 a 10 cursos: 3 avaliadores presenciais + 3 remotos (5 dias de visita)

- **Avaliação dos polos EAD:** Os polos de educação a distância serão avaliados virtualmente, por meio de um processo de amostragem cujos critérios ainda serão definidos pelo Inep;
- **Revisão periódica:** Os instrumentos de avaliação serão revisados a cada ciclo trienal, permitindo ajustes e um aprimoramento contínuo do modelo.

**O que será exigido em cada dimensão?**

A nova arquitetura de dimensões não apenas reorganiza os critérios, mas aprofunda a investigação sobre a intencionalidade pedagógica e a capacidade de melhoria contínua da IES, exigindo evidências mais robustas.

Dimensão 1: organização didático-pedagógica

Esta dimensão passará de 24 indicadores para 14 objetos de avaliação, mas com um nível de exigência maior. Os principais elementos que pesarão na avaliação da Dimensão 1 referem-se a:

- Material didático;
- Gestão da aprendizagem;
- Emprego supervisionado de inteligência artificial;
- Ações de acolhimento estudantil;
- Mecanismos de acompanhamento de egressos;
- Programas de inserção no mercado de trabalho;
- Estímulo à internacionalização.

**Dimensão 2: corpo docente**

A avaliação do corpo docente será reestruturada de 16 indicadores para 8 objetos de avaliação, com destaque para os seguintes pontos:

- Fomento à inovação e empreendedorismo;
- Atuação do mediador pedagógico;
- Oferta de capacitação continuada;
- Fortalecimento da autoavaliação;
- Processo bem evidenciado de melhoria contínua.

**Dimensão 3: infraestrutura**

Com a redução de 18 indicadores para 9 objetos de avaliação, a “dimensão 3” traz novos pontos de atenção:

- Recursos para trabalho remoto de docentes e mediadores pedagógicos;.
- Programas de qualidade de vida e bem-estar para equipe acadêmica;
- Salas de aula flexíveis;
- Design universal com ampla acessibilidade;
- Fortalecimento da autoavaliação.

**Dimensão 4: requisitos específicos por área (CINE Brasil)**

Esta é uma dimensão totalmente nova, com objetos de avaliação que serão específicos para cada uma das 10 áreas da CINE Brasil. Os principais avanços observados são:

- Fortalecimento do estágio;
- Valorização de parcerias com ambientes profissionais;
- Maior impacto dos laboratórios específicos no conceito final do curso;
- Incentivo ao ensino de metodologias de trabalho específicas de cada área, preparando os egressos para as demandas do mercado.

**Balanço geral: avanços, desafios e pontos de atenção**

A proposta do Inep traz uma série de melhorias potenciais, mas também levanta preocupações que precisam ser consideradas.

**Avanços e pontos positivos**

- Maior previsibilidade para as IES com um calendário de avaliação fixo e trienal;
- Eficiência operacional ao realizar visitas simultâneas por área, otimizando o processo;
- Relatórios potencialmente mais fidedignos, combinando a visão de avaliadores presenciais e remotos;
- Redução da subjetividade devido à maior granularidade dos instrumentos (objetos, atributos e qualificadores);
- Valorização da inovação, do empreendedorismo e do aprendizado prático (estágios e laboratórios);
- Destaque inédito para a promoção da qualidade de vida e bem-estar da comunidade acadêmica.

**Desafios e preocupações**

- Dinâmica complexa e potenciais conflitos operacionais em visitas que envolvem múltiplos cursos simultaneamente;
- Necessidade de preparar sistemas e capacitar todos os atores para mudanças paradigmáticas no processo avaliativo;

- Ausência de um período de adaptação ou transição, o que pode prejudicar as primeiras IES a serem avaliadas no novo modelo;
- Alto volume de evidências documentais exigidas;
- Possível disparidade no nível de exigência da Dimensão 4 entre as diferentes áreas.

**Conclusão: uma nova era na avaliação**

O novo modelo representa uma transição da avaliação, que abre caminho para um processo avaliativo mais justo, comparável e formativo. Ele exigirá das instituições maior planejamento, consistência documental e maturidade na gestão acadêmica. A questão fundamental, portanto, é como cada instituição responderá a esse novo desafio.

FACULDADE METROPOLITANA

FATECE
Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação

FAMEF
FACULDADE METROPOLITANA DE FRANCA




https://www.faculdademetropolitana.edu.br/

https://fatece.edu.br/

https://www.famef.edu.br/